

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN” é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Companhia”). A sede social da empresa está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400 – São Paulo – SP.

A CSN é uma Companhia que possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais da CSN estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos e Portugal com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Cimentos:**

A Companhia entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios: a CSN Cimentos, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da CSN Cimentos, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros.

Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia tem investido em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos da Companhia na Nota 27 - Informações por Segmento de Negócios.

2. RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

Alguns saldos relativos ao exercício de 2010 foram reclassificados para permitir melhor comparabilidade com 2011.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de março de 2012.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic e Mugen conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2011	31/12/2010	
Participação direta: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua Inc.	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S. L. (1)	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L. (2)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Metals S.L. (3)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L. (4)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L. (5)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Aços Longos S.A.- Incorporada pela controladora em 28/01/2011		99,99	Indústria e comércio de produtos siderúrgicos e/ou metalúrgicos
Florestal Nacional S.A.(6)	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
Inal Nordeste S.A.- Incorporada pela controladora em 30/05/2011		99,99	Centro de serviços de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	70,91	76,45	Logística ferroviária
Participação indireta: consolidação integral			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderurgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.(7)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda. (8)	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.(9)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH(10)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Itambuca Participações S. A. - Incorporada pela CSN Cimentos em 30/05/2011		99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas (11)	59,17		Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S. A.(11)	58,08		Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda. (11)	58,98		Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. (11)	58,98		Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Participação direta: consolidação proporcional			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística S.A.	27,27	22,93	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (12)	50,00		Prestação de Serviços
Participação indireta: consolidação proporcional			
Namisa International Minérios SLU	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
MRS Logística S.A.	6,00	10,34	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
Aloadus Handel GmbH (10)	60,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias

- (1) Nova razão social da CSN Energy S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (2) Nova razão social da CSN Export S.à.r.l., alterado em 09 de agosto de 2011.
- (3) Nova razão social da CSN Overseas S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (4) Nova razão social da CSN Panamá S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (5) Nova razão social da CSN Steel S.à.r.l., alterado em 17 de dezembro de 2010.
- (6) Nova razão social da Itaguaí Logística S.A., alterado em 27 de dezembro de 2010.
- (7) Nova razão social da CSN Madeira Lda., alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (8) Nova razão social da Hickory-Comércio Internacional e Serviços Lda., alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (9) Nova razão social da CSN Cement S.à.r.l., alterado em 18 de junho de 2010.
- (10) Sociedades passaram a ser controladas em 03 de novembro de 2011.
- (11) Sociedades passaram a ser controladas em 12 de julho de 2011.
- (12) Participação adquirida em 05 de dezembro de 2011.

• Fundos exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2011	31/12/2010	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
DIPLIC - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

• Controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

• Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstração financeira individual

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

(d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2011 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2011, US\$1 equivale a R\$1,8758 (R\$1,6662 em 31 de dezembro de 2010), EUR 1 equivale a R\$2,4342 (R\$2,2280 em 31 de dezembro de 2010), A\$1 equivale a R\$1,9116 (R\$1,6959 em 31 de dezembro de 2010) e JPY 1 equivale a R\$0,02431 (R\$0,0205 em 31 de dezembro de 2010).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais

dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa provisão.

(g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

(h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

(i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

(j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica remanescente dos bens conforme nota 12. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/ outras despesas operacionais”.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
 - Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
 - Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
-

- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

(k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada de 01 a 05 anos.

(l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado se houver a extinção do plano.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

(n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

(o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

(p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e

benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças

relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

(u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$6.532 (R\$4.314 em 31 de dezembro de 2010).

(w) Instrumentos financeiros**i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente,

contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
-

- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de “*impairment*” de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 15.

iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

- **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Qualquer ganho ou perda do instrumento relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide Nota 27).

(y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Norma	Descrição	Vigência
Modificações à IFRS 7	Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos de Participação	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente	1º de julho de 2012
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes	1º de janeiro de 2012
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície	1º de janeiro de 2013

Estes Standards, emendas e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 2012 e 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo, pelo IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e pelos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pelo Grupo. A Companhia não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários e/ou Conselho Federal de Contabilidade.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua subsidiária integral “Prada”, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas (“CBL”), mediante a capitalização créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias (“Aquisição”).

Com a aquisição do controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do “goodwill” resultante.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo não circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$123.518.

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em créditos com a CSN no montante de R\$388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Goodwill resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(161.253)
Preço de compra considerado	43.316
(=) Goodwill resultante da aquisição	204.569

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL, conforme nota 13.

A combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

4. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações com a Controladora

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

Em 27 de dezembro de 2010, a Rio IACO adquiriu 58.193.503 ações da Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS") e atualmente detém 3,99% de participação na CSN, se tornando parte do grupo controlador.

• Passivo

Empresas	Dividendo mínimo obrigatório	Dividendo adicional proposto	JCP propostos	Total	Pagos	
					Dividendos	JCP
Vicunha Siderurgia	443.386	130.881		574.267	717.835	170.746
Rio Iaco	36.981	10.916		47.897	59.871	14.241
Total em 31/12/2011	480.367	141.797		622.164	777.706	184.987
Total em 31/12/2010	141.174	636.509	184.985	962.668	717.834	33.499

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Aços S.A. – detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 39,99% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A, 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

b) Transações com controladas e fundos exclusivos
• Ativo

Empresas	Contas a receber	Aplicações financeiras / Investimentos (1)	Empréstimos (2)	Dividendos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Total
CSN Islands VIII Corp.						374.455	374.455
CSN Portugal, Unipessoal	891.741						891.741
CSN Europe Lda.	739.154						739.154
CSN Export Europe, Sl.	48.248						48.248
Lusosider Aços Planos, S. A.	37.440						37.440
International Investment Fund			24.265				24.265
CSN Ibéria Lda.	51.689						51.689
Companhia Metalúrgica Prada	173.303				14.000		187.303
CSN Cimentos S.A.	2.122				10.225		12.347
Cia. Metalic Nordeste	1						1
Transnordestina Logística S.A.	84		53.440		21.981		75.505
Florestal Nacional S.A.			162.180				162.180
Sepetiba Tecon S.A.	20			10.400			10.420
CSN Energia S.A.					3.000		3.000
Estanho de Rondônia S.A.				3.625			3.625
Fundos Exclusivos		1.345.088					1.345.088
Mineração Nacional S.A.				20			20
Companhia Brasileira de Latas	45.550						45.550
Total em 31/12/2011	1.989.352	1.345.088	239.885	14.045	49.206	374.455	4.012.031
Total em 31/12/2010	814.409	204.677	141.639	5.555	1.252.801	254.231	2.673.312

(1) As aplicações financeiras e os investimentos nos fundos exclusivos são administrados pelo Banco BTG Pactual. As aplicações financeiras totalizam R\$1.207.318 e os investimentos em ações da Usiminas totalizam R\$137.770 classificados como investimentos disponíveis para venda.

(2) International Investment Fund - Contrato em US\$: juros de 4,3% a.a. com vencimento indeterminado.

Transnordestina – Contratos em R\$: Juros de 101,5% a 102,5% CDI com vencimento final prorrogado para dezembro de 2013.

Florestal Nacional – Contratos em R\$: Juros de 100,5% a 105,5% CDI com vencimento prorrogado para janeiro de 2012.

(3) Contrato de instrumentos financeiros, especificamente Swap entre CSN e CSN Islands VIII.

As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora e as controladas.

O saldo de contas a receber da Companhia Brasileira de Latas, referente às transações comerciais totaliza R\$292.369, sendo provisionado R\$246.819 referente às operações do período que antecedeu a aquisição, o qual é revertido apenas por ocasião do recebimento.

• Passivo

Empresas	Empréstimos e financiamentos			Contas a pagar		Total
	Pré-pagamento ⁽¹⁾	Fixed Rate Notes ⁽²⁾	Empréstimos e Intercompany Bonds ⁽²⁾	Empréstimos Intercompany ⁽³⁾	Outros	
CSN Islands VIII Corp.		1.440.536		1.723		1.442.259
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	289.796					289.796
CSN Europe Lda.			20.500	40.906		61.406
CSN Resources S.A.	1.955.131	830.413	1.766.684			4.552.228
CSN Ibéria Lda.				44.876		44.876
Estanho de Rondônia S.A.					10.688	10.688
Congonhas Minérios S.A.			1.356.010			1.356.010
Outras(*)					7.464	7.464
Total em 31/12/2011	2.244.927	2.270.949	3.143.194	87.505	18.152	7.764.727
Total em 31/12/2010	2.080.721	1.955.135	2.253.838	570.257	43.774	6.903.725

(1) Contratos em US\$ - CSN Portugal: juros de 6,15% e 7,43% a.a. com vencimento em maio de 2015.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 4,07% a.a. com vencimento prorrogado para agosto de 2022.

(2) Contratos em YEN – CSN Islands VIII: juros de 5,65% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
 Contratos em US\$ – CSN Resources: juros de 4,14% a.a. com vencimento em julho de 2015.
 Contratos em US\$ - CSN Europe: libor semestral + 2,25% a.a. com vencimento em março de 2012.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: intercompany bonds juros de 9,125% a.a. com vencimento em junho de 2047.
 Contratos em US\$ - CSN Resources: 2,01% a 3,99% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
 Contratos em R\$ - Congonhas Minérios: 100,3% a 105,5% do CDI a.a. com vencimento prorrogado para janeiro de 2012.

(3) Contratos em US\$ - CSN Ibéria: libor semestral + 3% a.a. com vencimento indeterminado.

(*) Outros: CSN Cimentos, Companhia Metalúrgica Prada e Cia. Metalic Nordeste.

• Resultado

Empresas	Receitas				Despesas			
	Vendas	Juros	Variações Cambiais	Total	Compras	Juros	Variações Cambiais	Total
CSN Islands V III Corp.						73.530	115.236	188.766
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	853.816		2.602	856.418		19.259		19.259
CSN Europe Lda.	669.503		56.270	725.773		1.361		1.361
CSN Resources S.A.						242.558	491.971	734.529
CSN Export Europe, S.L.	8.644		54.670	63.314				
Lusosider Aços Planos, S.A.	35.503		1.937	37.440				
International Investment Fund		1.242	2.300	3.542				
CSN Ibéria Lda.	49.099			49.099		1.102	2.012	3.114
CSN Aços S.A.							916	916
Inal Nordeste S.A.	32.082			32.082	74			74
Companhia Metalúrgica Prada	1.007.945			1.007.945	17.359			17.359
CSN Cimentos S.A.	26.552			26.552	1.413			1.413
Cia. Metalic Nordeste	72.739			72.739		4.172		4.172
Estanho de Rondônia S.A.					67.902			67.902
Florestal Nacional S.A.		17.416		17.416				
Sepetiba Tecon S.A.	4.376			4.376	13.488			13.488
Fundos Exclusivos		46.376		46.376				
Congonhas Minérios S.A.						147.592		147.592
Transnordestina Logística S.A.	129	1.257		1.386				
CSN Energia S.A.					128.281			128.281
Companhia Brasileira de Latas	85.814			85.814	1.290			1.290
Total em 31/12/2011	2.846.202	66.291	117.779	3.030.272	233.979	485.402	610.135	1.329.516
Total em 31/12/2010	2.192.434	6.234	137.467	2.336.135	64.971	369.802	184.716	619.489

As principais operações da Companhia com as controladas são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, aço e prestação de serviços portuários.

c) Transações com controladas em conjunto

As áreas estratégicas de mineração, logística e energia mantêm participação em empresas com controle conjunto. As características, objetivos e as transações com essas companhias são demonstradas a seguir. As informações consolidadas são apresentadas conforme nota 2.

• Ativo

Empresas	Controladora			
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo (*)	Total
Nacional Minérios S.A.	75.212	622.004		697.216
MRS Logística S.A.	603	33.875		34.478
Itá Energética		6.318		6.318
Total em 31/12/2011	75.815	662.197		738.012
Total em 31/12/2010	47.268	616.989	1.241.095	1.905.352

Consolidado			
Empresas	Contas a receber	Mútuo (*)	Total
Nacional Minérios S.A.	31.338		31.338
MRS Logística S.A.	403		403
Total em 31/12/2011	31.741		31.741
Total em 31/12/2010	19.115	496.438	515.552

(*) Em 2011 o total de pagamentos da Nacional Minérios S. A. para a CSN foi de R\$1.278.457, sendo R\$53.800 em janeiro correspondente a juros e R\$1.224.657 em abril referente à liquidação antecipada conforme previsto em contrato.

• Passivo

Controladora				
Empresas	Adiantamento de clientes	Contas a pagar	Outras Contas a pagar	Total
Nacional Minérios S.A.	8.176.658		6.011	8.182.669
MRS Logística S.A.		10.618	9.834	20.452
Total em 31/12/2011	8.176.658	10.618	15.845	8.203.121
Total em 31/12/2010	7.924.542	18.423	68.340	8.011.305

Consolidado				
Empresas	Adiantamento de clientes	Contas a Pagar	Outras Contas a Pagar	Total
Nacional Minérios S.A.	3.270.663		2.404	3.273.067
MRS Logística S.A.		7.085	6.562	13.647
Total em 31/12/2011	3.270.663	7.085	8.966	3.286.714
Total em 31/12/2010	3.169.817	7.369	6.725	3.183.911

Nacional Minérios: O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

MRS Logística: Em outras contas a pagar registramos o montante provisionado para cobrir despesas contratuais de *take or pay* e *block rates* relativo ao contrato de transporte ferroviário.

• Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Controladora					
	Vendas	Juros	Total	Compras	Juros	Total
Nacional Minérios S.A.	945.048	42.412	987.460	15.740	964.056	979.796
MRS Logística S.A.				418.916		418.916
Itá Energética S.A.				55.155		55.155
Total em 31/12/2011	945.048	42.412	987.460	489.811	964.056	1.453.867
Total em 31/12/2010	694.378	114.943	809.321	549.770	934.014	1.483.784

Empresas	Receitas			Despesas		
	Consolidado					
	Vendas	Juros	Total	Compras	Juros	Total
Nacional Minérios S.A.	378.020	16.965	394.985	6.296	385.622	391.918
MRS Logística S.A.				279.545		279.545
Itá Energética S.A.				28.267		28.267
Total em 31/12/2011	378.020	16.965	394.985	314.108	385.622	699.730
Total em 31/12/2010	277.751	45.977	323.729	336.623	373.606	710.229

As principais operações da Companhia com as controladas em conjunto são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, prestação de serviços portuários e transportes ferroviários, assim como fornecimento de energia elétrica para as operações.

d) Outras partes relacionadas consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 29.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é mantenedora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• **Ibis Participações e Serviços**

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia. Os saldos das transações entre a Companhia e essas entidades estão demonstrados a seguir:

• **Companhia de Gás do Ceará**

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

I) Ativo e Passivo

Empresas	Ativo			Passivo		
	Bancos/Aplicações Financeiras	Contas a receber	Total	Passivo Atuarial	Contas a Pagar	Total
CBS Previdência (Nota 29)				11.673		11.673
Fundação CSN		1.504	1.504		321	321
Banco Fibra	72		72			
Usiminas (Nota 11)		28.509	28.509		170	170
Panatlântica (Nota 11)		24.858	24.858			
Companhia de Gás do Ceará					40	40
Total em 31/12/2011	72	54.871	54.943	11.673	531	12.204
Total em 31/12/2010	86	25.881	25.967		16.133	16.133

ii) Resultado

Empresas	Receitas		Despesas		
	Vendas / Receitas de Juros	Total	Despesas com Fundo de Pensão	Compras / Outras despesas	Total
CBS Previdência (Nota 29)			51.595		51.595
Fundação CSN				2.650	2.650
Banco Fibra	35	35			
Usiminas (Nota 11)	310.479	310.479		7.971	7.971
Panatlântica (Nota 11)	264.653	264.653			
Ibis Participações e Serviços				8.961	8.961
Companhia de Gás do Ceará				2.570	2.570
Total em 31/12/2011	575.167	575.167	51.595	22.152	73.747
Total em 31/12/2010	413.401	413.401	82.041	58.651	140.692

e) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2011.

	31/12/2011	31/12/2010
	Resultado	Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	23.728	17.881
Benefícios pós-emprego	91	81
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	23.819	17.962

n/a – Não aplicável

f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	101.360	156.580	14.047	14.033
Aplicações Financeiras				
No País:				
Fundos de investimentos exclusivos			1.207.318	
Fundos de investimentos (*)			747.001	
Títulos públicos	646.594	477.529		
Títulos privados e debêntures (**)	2.017.019	2.134.364	60.363	93.062
	2.663.613	2.611.893	2.014.682	93.062
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	12.652.420	7.470.805	44.515	1.202
Total das Aplicações Financeiras	15.316.033	10.082.698	2.059.197	94.264
Caixa e equivalentes de caixa	15.417.393	10.239.278	2.073.244	108.297

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimentos exclusivos, com operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e privados e com liquidez imediata. Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha.

Os fundos exclusivos, administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os cotistas do fundo podem ser chamados a garantir o patrimônio líquido em caso de perdas decorrentes de alterações de taxa de juros, câmbio ou de outros ativos financeiros.

(*) **Fundos de investimentos:** O fundo de investimento “Vértice” tem sua administração e a gestão da carteira realizados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

(**) **Títulos privados:** Aplicações financeiras no consolidado no montante de R\$1.952.274 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.079.549 em 31 de dezembro de 2010) e na controladora no montante de R\$60.363 e R\$93.062 respectivamente, lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Debêntures: Aplicações no consolidado no montante de R\$64.745 em 31 de dezembro de 2011 (R\$54.815 em 31 de dezembro de 2010), da controlada em conjunto MRS, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	982.129	846.507	675.297	577.589
Mercado externo	701.807	530.356	4.869	14.948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(124.939)	(117.402)	(101.407)	(99.023)
	1.558.997	1.259.461	578.759	493.514
Partes Relacionadas (Nota 4 - b e c)			2.065.167	861.677
	1.558.997	1.259.461	2.643.926	1.355.191
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (Nota 4 - b e c)			676.242	622.544
Contas a receber com controladas e controladas em conjunto	1.557	17.318	163.248	164.210
Outros créditos	55.652	90.980	33.384	39.027
	57.209	108.298	872.874	825.781
	1.616.206	1.367.759	3.516.800	2.180.972

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), a pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

Essa operação totaliza um montante de R\$262.367 em 31 de dezembro de 2011 (R\$247.680 em 31 de dezembro de 2010), deduzido do contas a receber.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(117.402)	(164.077)	(99.023)	(107.558)
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(20.005)	(7.439)	(11.628)	(8.535)
Recuperação de créditos	12.468	54.114	9.244	17.070
Saldo final	(124.939)	(117.402)	(101.407)	(99.023)

7. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	997.128	1.015.534	714.688	783.556
Produtos em elaboração	776.918	588.668	680.997	550.824
Matérias-primas	847.598	638.857	693.155	517.085
Almoxarifado	897.940	800.090	724.529	675.705
Minério	215.400	312.637	72.248	179.543
	3.734.984	3.355.786	2.885.617	2.706.713

As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(64.115)	(50.306)	(61.702)	(48.458)
Provisão para baixa rotatividade e obsolescência	(19.030)	(13.809)	(16.112)	(13.244)
Saldo final	(83.145)	(64.115)	(77.814)	(61.702)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de provisões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$144.483, classificados em outros ativos não circulantes (R\$130.341 em 31 de dezembro de 2010).

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Antecipação de impostos	104.733	89.596	104.064	7.129
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 15 V)	407.467	254.485		
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 15)	55.115			
Despesas Antecipadas	24.135	12.997	10.834	4.189
	591.450	357.078	114.898	11.318

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(136.427)	(363.429)		(128.683)
Diferido	52.542	(207.268)	240.467	(36.434)
	(83.885)	(570.697)	240.467	(165.117)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da controladora e consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IR e da CSLL	3.751.119	3.086.888	3.465.566	2.681.493
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(1.275.380)	(1.049.542)	(1.178.292)	(911.708)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Benefício de juros sobre capital próprio - JCP		121.312		121.312
Equivalência Patrimonial			1.497.347	508.987
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	1.279.431	216.529		
Incentivos fiscais	73.134	33.824	68.767	33.824
Ajustes decorrentes dos Parcelamentos da Lei 11.941 e da MP 470	(16.060)	106.216	(16.088)	88.729
Alienação de títulos ineditáveis	(189.946)		(126.299)	
Créditos fiscais IRPJ e CSLL	44.434			
Outras exclusões (adições) permanentes	502	964	(4.968)	(6.261)
IR / CSLL no resultado do período	(83.885)	(570.697)	240.467	(165.117)
Alíquota efetiva	2%	18%	-7%	6%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	425.406	4.944	392.991	
Bases negativas de contribuição social	157.858	1.871	141.445	
Diferenças temporárias	1.257.509	1.586.126	766.214	854.437
- Provisão para contingências	211.835	240.753	200.225	218.143
- Provisão para perdas em ativos	60.930	27.915	24.544	27.546
- Provisão para perdas de estoques	30.814	26.012	28.048	25.660
- Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros	253.985	183.169	192.226	116.753
- Provisão para pagamentos planos previdência privada	144.066	103.033	144.297	96.021
- Provisão para JCP	74	121.351	74	121.351
- Provisão vendas a longo prazo	1.221	1.221	1.221	1.221
- Provisão para consumos e serviços	67.445	43.828	64.689	31.371
- Provisão para devedores duvidosos	45.342	145.390	41.854	145.271
- Ágio na incorporação	371.153	599.730	23.406	36.780
- Outras	70.644	93.726	45.630	34.318
Ativo Não Circulante	1.840.773	1.592.941	1.300.650	854.437
Diferido Passivo				
- Ajuste vida útil imobilizado	37.776			
- Outras (*)	75			
Passivo Não Circulante	37.851			

(*) Referente a uma única jurisdição, portanto apresentado pelo líquido.

Algumas companhias do grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Em julho de 2010, a controladora aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e optou por compensar parte do saldo em 31 de dezembro de 2009 da parte B do LALUR dos créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$110.192 e R\$39.669, respectivamente, com as quatro últimas parcelas do programa de recuperação fiscal, modalidade débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 parcelados em 12 meses, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido são revisados trimestralmente e as projeções anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

Algumas subsidiárias da CSN possuem créditos fiscais no montante de R\$536.886 e R\$167.504 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$54 expiram em 2012, R\$9.726 em 2013, R\$696 em 2014, R\$27.976 em 2015, R\$15 em 2016, R\$46 em 2017 e R\$44.138 em 2025. O restante dos créditos fiscais refere-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O crédito fiscal sobre o ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$1.391.858. Até 31 de dezembro de 2011 foi realizado o montante de R\$672.732 (R\$394.360 até o ano de 2010), restando R\$719.126, que será realizado até 2014. Em 2012 e 2013, essa realização será de R\$278.372 ao ano, e no último ano, em 2014, o benefício será de R\$162.382.

Os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram investidos e continuam a serem investidos em suas operações. Estes lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia totalizaram R\$8.033.902 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.434.537 em 31 de dezembro de 2010).

(c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social (perdas)/ganhos				
Ganhos/(perdas) atuariais de plano de benefício definido	163.931	125.065	163.867	125.065
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.484	75.522	179.725	11.242
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	425.510	433.297	425.510	433.297

(d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual e Fundos do Direito da Criança e do Adolescente. Em 31 de dezembro de 2011, somavam o montante de R\$1.914 (R\$8.160 em 31 de dezembro de 2010).

10. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos não circulantes possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.760.814	2.774.706	1.683.775	2.704.026
Tributos a Recuperar (*)	257.977	247.910	101.859	122.868
Despesas Antecipadas	115.853	115.755	24.560	27.540
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 15)	376.344	254.231	374.455	254.231
Estoque Minério	144.483	130.341	144.483	130.341
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	47.754		46.292	
Outros	163.001	153.137	40.818	41.861
	2.866.226	3.676.080	2.416.242	3.280.867

(*) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações diretas em empresas controladas e controladas em conjunto

Empresas	31/12/2011							31/12/2010				
	Quantidade de ações (em unidades)		%	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido			%	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido		
	Ordinárias	Preferenciais										
Cia. Metalic Nordeste	92.293.156		99,99	11.100	156.915	40.579	116.336		14.667	153.707	48.472	105.235
INAL Nordeste S.A. (*)			99,99	(3.595)					(6.556)	41.926	11.524	30.402
CSN Aços Longos S.A. (**)			99,99	(334)					(3.953)	529.833	265.516	264.317
GalvaSud S.A.									8.424			
CSN Steel S.L.	1204.072.527		100,00	425.720	4.042.029	268.566	3.773.463		(296.474)	3.450.038	99.293	3.350.745
CSN Metals S.L.	256.951.582		100,00	173.097	1.147.456	6.682	1.140.774		(37.882)	972.894	5.905	966.989
CSN Americas S.L.	151.877.946		100,00	576.562	1.394.255	5.598	1.388.657		124.758	964.271	4.857	959.414
CSN Minerals S.L.	131.649.926		100,00	1.798.089	2.906.449	2.666	2.903.783		213.954	1649.792	4.463	1645.329
CSN Export Europe, S.L.	35.924.748		100,00	358.567	802.447	99.735	702.712		136.530	499.857	155.713	344.144
Companhia Metalúrgica Prada	3.877.929		99,99	(208.736)	527.885	276.475	251.410		(24.022)	609.133	170.423	438.710
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	(931)	407.707	382.240	25.467		(4.866)	254.706	227.013	27.693
CSN Islands VIII Corp.	2.501.000		100,00	(8.842)	1.452.511	1.409.311	43.200		39.831	1.224.853	1.178.529	46.324
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	1.420	786.167	784.908	1.259		(3.686)	698.345	698.567	(222)
CSN Islands X Corp.	1.000		100,00	(5.215)	70	40.847	(40.777)		(3.205)	92	35.645	(35.553)
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	871	1.438.225	1.431.699	6.526		(5.695)	1.277.555	1.271.521	6.034
CSN Islands XII Corp.	1.540		100,00	(12.535)	1.735.094	1.874.226	(139.132)		(29.194)	1.634.731	1.663.926	(29.195)
Tangua Inc.	10		100,00	2.806	23.983		23.983		6.419	2.1228	39	2.1189
International Investment Fund	50.000		100,00	36.359	39.565	24.265	15.300		13.511	14.1852	20.724	121.128
MRS Logística S.A.	188.332.687	15.667.313	27,27	523.045	5.542.786	3.243.844	2.298.942		435.570	4.804.343	2.784.495	2.019.848
Transnorddestina Logística S.A.	1.792.784.817	728.683.109	70,91	(56.578)	4.076.080	2.516.299	1.559.781		(817)	2.801.908	1.995.861	806.047
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.053		99,99	315.16	224.793	26.711	198.082		23.389	293.264	105.350	187.914
Itá Energética S.A.	520.219.172		48,75	54.568	801.335	162.812	638.523		45.958	852.239	255.324	596.915
CSN Energia S.A.	26.123		99,99	(1.689)	30.042	13.800	16.242		(20.947)	17.929	(1)	17.930
Estanho de Rondônia S.A.	34.236.307		99,99	15.263	41.692	119.18	29.774		3.417	27.684	9.548	18.136
Congonhas Minérios S.A.	64.610.863		99,99	(22.557)	2.014.364	2.015.562	(1.198)		(12.865)	2.035.285	2.013.926	2.1359
Mineração Nacional S.A.	1.000.000		99,99	85	1.090	23	1.067		48	99,99	1.048	2
Nacional Minérios S.A.	475.067.405		60,00	2.105.113	13.857.646	1.684.561	12.173.085		1.974.019	13.688.670	2.934.166	10.754.504
CSN Cimentos S.A.	3.589.478.498		99,99	32.413	1.221.115	157.207	1.063.908		(15.382)	1.217.313	854.590	362.723
Florestal Nacional S.A.	15.474.625		99,99	(69.731)	386.218	681.574	(295.356)		(23.266)	449.901	525.806	(75.905)

(*) Incorporada em 30 de maio de 2011

(**) Incorporada em 28 de janeiro de 2011

A quantidade de ações, os valores de lucro/prejuízo do período e patrimônio líquido, refere-se a 100% dos resultados das empresas.

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial dos investimentos	17.023.295	13.860.165
Saldo inicial de provisão para perdas	(140.875)	(51.246)
Aumento de Capital/Aquisições ações	3.240.582	2.430.965
Dividendos	(853.316)	(622.544)
Resultado Equivalência Patrimonial	4.397.137	1.438.170
Resultados Abrangentes (*)	(1.281.507)	(161.036)
Incorporação de controlada (**)	(290.789)	
Outros	2.900	(12.054)
Saldo final dos investimentos	22.573.890	17.023.295
Saldo final de provisão para perdas	(476.463)	(140.875)

(*) Refere-se a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação e conforme nota explicativa 11.f, a Companhia alienou sua participação na Riversdale;

(**) Incorporação da CSN Aços Longos em 28 de janeiro de 2011 e Inal Nordeste em 30 de maio de 2011.

c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- CIA. METALIC NORDESTE**

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas basicamente à indústria de bebidas.

Sua unidade operacional se caracteriza como uma das mais modernas existentes no mundo e conta com duas linhas de produção distintas: Latas - cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora. Tampas - cuja matéria-prima é o alumínio.

Sua produção está voltada principalmente para mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

- INAL NORDESTE**

Sediada em Camaçari, Estado da Bahia, a sociedade tem como objetivo reprocessar e atuar como distribuidora de produtos siderúrgicos da CSN na condição de centro de serviços e de distribuição na região nordeste do país.

Em 30 de maio de 2011, a CSN incorporou a controlada Inal Nordeste.

- CSN AÇOS LONGOS**

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de laminados longos de aço, exceto tubos.

A empresa iniciou a construção da planta em 02 de outubro de 2009 com previsão para início das operações em 2012.

Em 28 de janeiro de 2011, foi incorporada pela CSN. A incorporação resultou em otimização de processos, redução e simplificação de custos administrativos, notadamente de natureza gerencial, devido a concentração em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas das suas sociedades.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

Embalagens

No mercado desde 1936, a Companhia Metalúrgica Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em suas duas unidades de produção – São Paulo e Uberlândia – a Prada produz mais de 1 bilhão de latas de aço ao ano, um desempenho que se deve a uma associação de atributos presentes na trajetória da empresa desde a sua fundação.

Em 12 de julho de 2011, a Companhia Metalúrgica Prada, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas (“CBL”), mediante a capitalização de debêntures e outros créditos. Desta forma, a Companhia Metalúrgica Prada passou a deter o controle da CBL, através de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante.

A Companhia Brasileira de Latas é uma empresa que atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A unidade Distribuição atua na área de processamento e distribuição de aços planos com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. Os materiais fabricados pela unidade Distribuição são produzidos a partir de laminados a quente, laminados a frio, zincados por imersão, folhas de flandres, cromadas, não revestidas, aço pré-pintado e galvalume. A unidade Distribuição é também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- SEPETIBA TECON

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística. Os serviços prestados dentro desse contrato são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, entre outros produtos e serviço de lavagem e higienização de contêineres.

A Sepetiba Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- CSN ENERGIA

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- **TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA**

Tem como objetivo principal a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2008 a posição acionária da Companhia no capital social da Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") era de 84,49%. Atualmente a TLSA é uma controlada da CSN, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia desde dezembro de 2009, quando a CSN atingiu uma participação de 84,97% do seu capital social, o equivalente a 740.372.383 ações ordinárias. A consolidação da TLSA nas demonstrações financeiras da Companhia resultou dos aumentos de capital realizados pela CSN durante o exercício de 2009 e que não foram acompanhados pela acionista Taquari Participações S.A. Naquele mesmo ano, o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR subscreveu 45.513.333 novas ações preferenciais, passando a deter ao término do exercício de 2009, 5,22% do capital social da TLSA.

Em 2010 o FINOR transferiu suas 45.513.333 ações preferenciais para a CSN e, em seguida, subscreveu outras 61.286.145 novas ações preferenciais que posteriormente foram transferidas ao BNDES e BNDESPAR, ficando com sua posição acionária zerada no final daquele mesmo exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía um total de 914.636.803 ações ordinárias e 45.513.333 ações preferenciais, representando o equivalente a 76,45% do capital social da TLSA.

Em 30 de junho de 2011 a participação no Capital Social da TLSA era de 82,91%, tendo em vista o aumento de capital aprovado em 28/02/2011 onde a Companhia subscreveu outras 474.520.512 novas ações ordinárias emitidas pela Transnordestina.

Em julho de 2011, a VALEC subscreveu 257.187.500 ações preferenciais.

No período de julho a dezembro de 2011 o FINOR integralizou 215.631.956 ações preferenciais e transferiu 156.507.002 para determinados acionistas da Transnordestina, das quais 35.116.275 foram transferidas para a CSN.

Devido a essas mudanças no capital social da Transnordestina, em 31 de dezembro de 2011 a CSN possuía 70,91% de participação no capital social daquela Companhia.

- **ESTANHO DE RONDÔNIA - ERSÁ**

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- **CSN CIMENTOS**

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

No início de 2011 a CSN Cimentos começou a produzir clínquer em sua fábrica em Arcos (MG).

d) Investimentos em empresas controladas em conjunto

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e foram consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o percentual de participação descritos no item (b) da nota 2.

	31/12/2011			31/12/2010		
	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	Itá Energética	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	Itá Energética
A ativo circulante	4.155.543	917.291	81.729	3.937.574	1.034.466	82.817
A ativo não circulante	9.526.804	4.625.495	719.606	9.519.584	3.769.877	769.422
Realizável a longo prazo	8.422.434	336.439	44.239	8.570.421	476.757	48.850
Investimentos, imobilizado e intangível	1.104.370	4.289.056	675.367	949.163	3.293.120	720.572
Total do Ativo	13.682.347	5.542.786	801.335	13.457.158	4.804.343	852.239
Passivo circulante	1.260.068	1.108.938	100.175	1.273.436	1.015.234	115.454
Passivo não circulante	307.352	2.134.906	62.637	1.455.604	1.769.261	139.870
Patrimônio líquido	12.114.927	2.298.942	638.523	10.728.118	2.019.848	596.915
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.682.347	5.542.786	801.335	13.457.158	4.804.343	852.239

	31/12/2011			31/12/2010		
	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	Itá Energética	Nacional Minérios (*)	MRS Logística	Itá Energética
Receita Líquida	3.766.712	2.862.337	242.913	2.937.169	2.247.101	222.594
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.646.011)	(1.732.552)	(81.692)	(1.109.067)	(1.326.655)	(76.600)
Lucro Bruto	2.120.701	1.129.785	161.221	1.828.102	920.446	145.994
(Despesas) e Receitas Operacionais	(634.475)	(199.754)	(66.223)	(476.621)	(306.668)	(52.422)
Resultado Financeiro Líquido	1.016.743	(134.272)	(12.327)	1.016.778	38.243	(23.890)
Lucro antes do IR/CSL	2.502.969	795.759	82.671	2.368.259	652.021	69.682
IR / CSL correntes e diferidos	(429.226)	(272.714)	(28.103)	(412.989)	(216.451)	(23.724)
Lucro líquido do período	2.073.743	523.045	54.568	1.955.270	435.570	45.958

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S. A.

• NACIONAL MINÉRIOS – NAMISA

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objeto principal a produção, compra e venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2008 a CSN alienou 2.271.825 ações do capital votante da Nacional Minérios S.A. para empresa *Big Jump Energy Participações S.A. (Big Jump)*, cujos acionistas são as empresas Posco e Brazil Japan Iron Ore Corp (Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries, Ltd., Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd., Nippon Steel). Subsequentemente a essa venda, a *Big Jump* subscreveu novas ações integralizando em dinheiro o total de US\$3,041,473 mil correspondentes a R\$7.286.154, dos quais R\$6.707.886 foram registrados como ágio na subscrição de ações.

Devido à nova estrutura societária da controlada em conjunto, onde a *Big Jump* detém 40% e a CSN 60% e, devido ao acordo de acionistas assinado entre as partes, a CSN a consolida proporcionalmente.

Referido acordo de acionistas prevê que determinadas situações de impasse extremo entre os acionistas, não resolvido após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito da CSN exercer opção de compra e da *Big Jump* exercer opção de venda da participação acionária da *Big Jump* na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa e a CSN, prevêm determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, em determinadas situações extremas, podem ensejar o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária da Big Jump na Namisa.

Em continuidade ao processo de reestruturação da Namisa, em 30 de julho de 2009 a controlada em conjunto incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando Posco e Brazil Japan Iron Corp. a deter participação direta na Namisa. Nessa operação de incorporação não houve alteração na participação da CSN.

Em julho e novembro de 2011, respectivamente, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes do consórcio BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes e, com a entrada da nova acionista China Steel Corp. (CSC), a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%.

- MRS LOGÍSTICA

A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. Em 2008 a CSN integralizou na Namisa 10% de sua participação na MRS, baixando essa participação direta de 32,93% para 22,93%. Desta forma, a CSN ainda mantém participações indiretas de 6% por meio da Nacional Minérios S.A. – Namisa, companhia consolidada proporcionalmente.

Em 2010 a CSN possuía participação indireta de 4,34% por meio da International Investment Fund (IIF). Em 23 de dezembro de 2011 a IIF distribuiu dividendos para CSN e seu pagamento ocorreu com a transferência de ações da MRS para CSN.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía participação direta de 27,27%.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Na extinção da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA

A CSN detém 48,75% do capital subscrito e do total de ações ordinárias de emissão da Itasa, uma sociedade de propósito específico, originalmente criada para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A Itasa detém 60,5% de participação no Consórcio Itá, criado para exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, conforme contrato de concessão de 28 de dezembro de 1995 e seu termo aditivo n.º 1 datado de 31 de julho de 2000, firmado entre as consorciadas (Itasa e Centrais Geradoras do Sul do Brasil - Gerasul, antiga denominação da Tractebel Energia S.A.), outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a Itasa tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), os 39,5 % restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à companhia, 342,95 MW médios são vendidos aos seus acionistas na proporção de sua participação na companhia, e 61,19 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel.

- **CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada no Rio Grande, a 400 km de Belo Horizonte e 450 km de São Paulo, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerado um grande marco para a geração de energia no Brasil.

Igarapava distingue-se por ser a primeira Hidrelétrica constituída através de um consórcio de 5 grandes empresas.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo propósito específico é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2011 é de R\$31.751 (R\$32.919 em 31 de dezembro de 2010) e o valor da despesa atribuível a CSN é R\$6.366 (R\$7.333 em 31 de dezembro de 2010).

- **COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Em dezembro de 2011, a CSN subscreveu 1.876.146 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"). O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR. A CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladoras e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à montagem e instalação de máquinas industriais, construção, recuperação e pavimentação de estradas, construção de usinas, estações e subestações elétricas, serviços especiais de engenharia para concepção de projetos estruturais e outras atividades correlatas.

e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- **COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC ("CSN LLC")**

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas.

- **LUSOSIDER**

Constituída em 1996 em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano. A Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada.

Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

f) Outros investimentos

• RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale

Em 20 de abril de 2011, a Companhia aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited ("Riversdale") promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de A\$16,50 por ação, totalizando A\$780.316.

• PANATLÂNTICA

Em 05 de janeiro de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de ações ordinárias representativas de 9,39% do capital social da Panatlântica S.A. ("Panatlântica"), sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

• USIMINAS

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga - Minas Gerais e Cubatão - São Paulo, respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação, também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna - Minas Gerais, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu o percentual de 11,97% de participação nas ações ordinárias e 20,14% nas ações preferenciais do Capital Social da Usiminas.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa": USIM3 e USIM5).

12. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	126.059	1.289.511	6.243.494	22.415	2.089.735	1.362.133
Efeito de variação cambial	(1.659)	(175)	(2.762)	(50)	(746)	(10.373)
Aquisições					3.481.249	
Baixa de projetos					(15.501)	
Alienações			(5.065)	(22)		14.760
Transferência para outras categorias de ativos	10.785	159.987	1.343.721	10.591	(1.040.761)	(484.323)
Depreciação		(74.344)	(677.266)	(4.469)		(36.877)
Outros	40.607	(161.371)	71.902	(38)	1.830	23.590
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910
Efeito de variação cambial	1.234	3.640	16.377	135	(157)	2.162
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805	14.050	562	4.204	90.572
Aquisições					4.400.828	
Baixa de projetos					(3.778)	
Alienações		(6.719)	(30.059)	(17)		(13.294)
Depreciação		(39.364)	(821.672)	(4.931)		(65.441)
Reversão de provisão para perda na baixa de ativos						4.774
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320	1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942
Transferências para intangível					(11.104)	(383)
Outros		(170)	(4.883)	54	(695)	50.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120	7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	83.215	681.343	5.353.316	15.647	1.107.449	180.194	7.421.164
Aquisições por meio de combinação de negócios	697	36.648	189.069	1.349		367	228.130
Aquisições					1.394.641		1.394.641
Baixa de projetos					(15.419)		(15.419)
Alienações			(407)	(5)		15.042	14.630
Transferências para outras categorias de ativos	10.221	69.390	716.332	8.349	(840.380)	36.088	
Depreciação		(20.555)	(591.130)	(3.385)		(7.712)	(622.782)
Outros			(15.523)	(2)	2.891	24.686	12.052
Saldo em 31 de dezembro de 2010	94.133	766.826	5.651.657	21.953	1.649.182	248.665	8.432.416
Incorporação de controladas (Nota 11)	258	6.663	5.343	577	506.676	547	520.064
Aquisições					2.015.015		2.015.015
Baixa de projetos					(411)		(411)
Alienações			(16.247)	(18)			(16.265)
Depreciação		(23.421)	(718.246)	(3.925)		(11.507)	(757.099)
Reversão de provisão para perda pela baixa de ativos						8.701	8.701
Transferências para outras categorias de ativos	8.282	54.241	923.169	6.703	(1.027.494)	35.099	
Transferência para intangível					(2.522)		(2.522)
Outros			(492)	23	(114)	48.529	47.946
Saldo em 31 de dezembro de 2011	102.673	804.309	5.845.184	25.313	3.140.332	330.034	10.247.845

(*) No consolidado referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes. Na controladora inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

Objetivo do projeto		Data de início	Conclusão esperada	Consolidado	
				31/12/2010	31/12/2011
Obras em Andamento - Principais projetos					
Logística				1.889.411	3.795.760
	Expansão de 1.728 Km da transnordestina para transporte, principalmente, de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana de açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis	2009	2014	1.774.875	3.489.871
	Obras de Expansão da Capacidade da MRS e Investimentos correntes para manutenção das operações atuais			111.763	290.410
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais			2.773	15.479
Mineração				1.364.733	1.931.047
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra para 42 Mtpa	2007	2012/13 ⁽¹⁾	1.101.234	1.322.433
	Expansão do TECAR para permitir uma exportação anual de 60 Mtpa	2009	2013	167.163	425.134
	Expansão da capacidade produtiva da Namisa para 39 Mtpa	2008	2015/16	81.172	137.059
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais			15.164	46.421
Siderurgia				803.798	1.164.239
	Implementação da Fábrica de Aços Longos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a produção de vergalhão e fio máquina	2008	2013 ⁽²⁾	618.832	907.521
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais			184.966	256.718
Cimentos				457.864	165.273
	Construção da Fábrica de Cimento nas Regiões Nordeste, Sul e Arcos/MG	2011	2013 ⁽³⁾	98.258	132.986
	Construção de Fábrica para produção de clínquer em Arcos/MG	2007	2011 ⁽⁴⁾	357.981	27.536
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais			1.625	4.751
Total Obras em andamento				4.515.806	7.056.319

(1) Data prevista para conclusão das Fases 40 Mtpa e 42 Mtpa

(2) Data prevista para conclusão da Unidade do Rio de Janeiro

(3) Data prevista para conclusão de nova moagem em Arcos/MG

(4) Fábrica em Operação, em fase de ramp-up

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços, compra de partes e peças a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento que estiverem disponíveis para uso.

Os gastos com investimentos correntes são capitalizados e depreciados obedecendo o período até a próxima manutenção deste ativo, totalizando R\$654.741 em 31 de dezembro de 2011 (R\$495.430 em 31 de dezembro de 2010).

As demais despesas com reparo e manutenção são registradas aos custos e às despesas operacionais, quando incorridas.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração realizou em 2011 a revisão para todas as unidades da Companhia. Dessa forma as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Edificações	46	44
Máquinas, equipamentos e instalações	13	13
Móveis e utensílios	10	10
Outros	34	13

a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$353.156 (R\$215.624 em 31 de dezembro 2010) no consolidado e R\$248.012 (R\$179.626 em 31 de dezembro de 2010) na controladora (vide nota 26). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da

fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o cerrado do nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

TAXAS	
Projetos específicos	Projetos não específicos
TJLP + 1,3% até 3,2%	10,56%
UM006 + 2,7%	

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do período foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo de Produção	892.297	770.542	730.030	614.679
Despesa Vendas	7.130	6.471	5.501	5.021
Despesa Gerais e Administrativas	29.941	29.156	7.352	8.152
Outras operacionais	18.883	7.865	18.177	7.188
	948.251	814.034	761.060	635.040

c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração da Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de nossa propriedade.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$2.485.077 (R\$2.167.378 em 31 de dezembro de 2010), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$1.123.821 (R\$911.077 em 31 de dezembro de 2010). Até 31 de dezembro de 2011, os juros capitalizados no imobilizado de Casa de Pedra foram de R\$82.607 (R\$48.590 em 31 de dezembro de 2010).

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	423.698	9.982	23.879		457.559
Aquisições e gastos			25.239	1.002	26.241
Amortização		(4.991)	(16.353)		(21.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991	32.765	1.002	462.456
Efeito de variação cambial			6	72	78
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	204.569				204.569
Aquisições e gastos			350	353	703
Alienações			(784)	(489)	(1.273)
Perdas por redução ao valor recuperável	(60.861)				(60.861)
Transferência do imobilizado			11.487		11.487
Transferência do realizável a longo prazo				2.977	2.977
Amortização		(4.991)	(9.622)	(2.230)	(16.843)
Outras movimentações			(2.113)	2.194	81
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406		32.089	3.879	603.374

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") Embalagens, determinado com base no relatório de avaliação econômica efetuada por avaliadores independentes. Em decorrência desta avaliação foi registrado o ajuste de redução do valor recuperável no montante de R\$60.861

O intangível de concessão com vida útil definida refere-se ao valor originalmente pago pelos acionistas, cujo fundamento econômico foi a expectativa do resultado futuro em função do direito de concessão, contabilizado pela controlada em conjunto da Companhia. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de concessão.

	Controladora		
	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	13.091	11.994	25.085
Aquisições e gastos		1.330	1.330
Amortização		(3.784)	(3.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.091	9.540	22.631
Transferências do imobilizado		2.522	2.522
Amortização		(3.961)	(3.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.091	8.101	21.192

O prazo de vida útil do *software* é de 01 a 05 anos.

Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*.

Ágios em Investimentos	Saldo em 31/12/2011	Investidora
Aços planos	13.091	CSN
Sub total controladora	13.091	
Mineração	347.098	Namisa
Embalagens	207.217	CSN
Total consolidado	567.406	

• **Teste do ágio para verificação de “impairment”**

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o nível mais baixo dentro da Companhia em que o ágio é monitorado para propósito de administração interna, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2011	31/12/2010
Mineração (Namisa)	Mineração	347.098	347.098
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	63.509
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091
		567.406	423.698

(*) Valor apresentado está líquido do ajuste de redução do valor recuperável no montante de 60.861.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora De Caixa (“UGC”) atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 são as que seguem:

	Mineração	Em balagens (*)	Aços Planos
Margem bruta (i)	Para apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços de minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para câmbio foi considerado uma curva projetada da taxa de dólar em termos reais até 2020, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, sendo que de 2020 em diante considerou-se a variação nula;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos;
Atualização dos custos	Atualização de custos baseados em projeções de inflação de longo prazo;	Atualização de custos baseados em projeções de inflação de longo prazo;	Atualização de custos baseados em projeções de inflação de longo prazo;
Taxa de crescimento (ii)	Os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2041 devido aos prazos de vencimento dos principais contratos para o qual esse Business Plan foi desenvolvido, desta forma, não é necessário considerar taxa de crescimento em virtude do período de projeção ser acima de 30 anos;	Taxa de crescimento médio de 2,1% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 0,5% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 11% a.a. em real antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 16,75% a.a. antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 11,% a.a. antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(*) Premissas utilizadas por especialistas independentes.

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Taxas em (%)	Consolidado				Taxas em (%)	Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante			Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
MOEDA ESTRANGERA										
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	381.333	473.255	573.388	1.840.269	1% até 3,50%	381.333	473.485	573.388	2.006.889
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	148.597	138.210	1.281.171	522.116	3,51% até 7,50%	276.615	372.519	3.398.081	1.454.688
Pré-Pagamento						7,51% até 10,00%		15.596		366.564
Bônus Perpétuos	7,00%	2.553	2.268	1.875.800	1.666.200					
Fixed Rate Notes	9,75%	4.191	4.546	1.031.690	916.410	4,142%	7.292	2.702	823.120	738.000
Fixed Rate Notes						5,65%	4.058	3.911	1.436.478	1.211.345
Fixed Rate Notes	6,50%	53.851	47.834	1.875.800	1.666.200	9,125%	8.273	7.349	1.125.480	999.720
Fixed Rate Notes	6,875%	26.598	23.626	1.406.850	1.249.650					
Fixed Rate Notes	10,50%	34.390	32.074	750.320	666.480					
Importações Financiadas	3,52% até 6,00%	261	57.293		59.322	3,52% até 6,00%	261	31.626		23.437
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	25.248	16.849	27.310	24.396	6,01% até 8,00%	6.254	16.849	5.758	24.396
CCB	1,54%	176.440				1,54%	176.440			
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	25.903	20.085	36.750	55.256	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	23.425	17.875	33.466	50.148
Intercompany						Libor 6M + 2,25 e 3,9961%	534.185		119.246	
Outros	3,3% até 5,37% e CDI + 1,2%	105.181	85.790	145.438	103.587	Libor 6M + 2,56%	87.550	34.603		68.504
		984.546	901.830	9.004.517	8.769.886		1.505.686	976.515	7.515.017	6.943.691
MOEDA NACIONAL										
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 3,2%	430.432	308.968	1.744.727	1.907.596	TJLP + 1,5% até 3,2%	226.891	196.176	782.416	910.961
Debêntures	103,6 % e 110,8% CDI e 9,4% + IGPM e 1% + TJLP	672.073	41.750	2.822.424	1.760.846	103,6 % e 110,8 % CDI	655.755	26.755	1.150.000	600.000
Pré-Pagamento	104,8% e 109,5 % CDI	537.128	64.216	4.523.224	3.400.000	104,8% e 109,5 % CDI	510.072	38.266	2.466.667	1.400.000
CCB	112,5% CDI	101.280	1.354	7.200.000	3.000.000	112,5% CDI	101.280	1.354	7.200.000	3.000.000
Intercompany						100,5% até 105,5% CDI	1.356.010	1.155.991		
Outros		9.509	26.443	37.058	23.303		1.845	1.744	5.528	6.964
		1.750.422	442.731	16.327.433	10.091.745		2.851.853	1.420.286	11.604.611	5.917.925
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.734.968	1.344.561	25.331.950	18.861.631		4.357.539	2.396.801	19.119.628	12.861.616
Custos de Transação		(32.885)	(35.929)	(145.445)	(80.816)		(27.398)	(30.454)	(114.133)	(44.614)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.702.083	1.308.632	25.186.505	18.780.815		4.330.141	2.366.347	19.005.495	12.817.002

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$2.244.927 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.080.721 em 31 de dezembro de 2010), vide nota 4.

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

									Consolidado	
	Curto prazo	Longo prazo							TJ ⁽¹⁾	TIR ⁽²⁾
		2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total		
Fixed rate notes	4.067	4.779	3.478	3.100	2.203	2.203	4.852	20.615	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	553	491	423	389	389	389	3.491	5.572	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.578	1.578	284					1.862	2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré-pagamento	8.059	8.020	6.397	2.219	2.219	2.219	1.354	22.428	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	509	509	509	509	509	346		2.382	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	16.220	17.651	13.902	13.902	10.056	18.046	89.777	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	647	427	427	427	427	427	674	2.809	110,8% e 103,6% CDI	12,59% e 13,27%
	32.885	32.024	29.169	20.546	19.649	15.640	28.417	145.445		

									Controladora	
	Curto prazo	Longo prazo							TJ ⁽¹⁾	TIR ⁽²⁾
		2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total		
Fixed rate notes	702	1.309						1.309	9,13%	10,01%
BNDES	307	307	239	205	205	205	2.050	3.211	1,30% até 1,70%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.453	1.453	242					1.695	2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré-pagamento	6.309	6.270	4.647	469	469	469	625	12.949	109,50% CDI	10,08%
Pré-pagamento	509	509	509	509	509	346		2.382	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	16.218	17.651	13.902	13.902	10.057	18.046	89.776	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	646	427	427	427	427	427	676	2.811	110,8 e 103,6% CDI	12,59% e 13,27%
	27.398	26.493	23.715	15.512	15.512	11.504	21.397	114.133		

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa interna de retorno anual

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2013	2.263.889	9%	2.568.911	13%
2014	1.933.763	8%	1.862.694	10%
2015	2.346.461	9%	2.293.779	12%
2016	2.444.259	10%	1.580.733	8%
2017	3.166.273	12%	2.384.899	13%
Após 2017	11.301.505	45%	8.428.612	44%
Bônus Perpétuos	1.875.800	7%		
	25.331.950	100%	19.119.628	100%

- **Amortizações e Captações dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	20.089.447	14.267.601	15.183.349	13.583.190
Captações	7.824.012	8.754.779	7.314.956	2.640.753
Amortizações	(3.614.606)	(3.897.405)	(2.818.933)	(2.393.173)
Outros (*)	3.589.735	964.472	3.656.264	1.352.579
Saldo final	27.888.588	20.089.447	23.335.636	15.183.349

(*) Incluídos variações cambiais e monetárias.

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia prevêem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011.

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 94 meses. Sobre o valor dessa CCB (cédula de crédito bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros são pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Em abril de 2011, a Companhia contratou com o Banco do Brasil, Nota Crédito à Exportação no valor de R\$1,5 bilhão e vencimento em abril de 2019. Sobre o valor desta NCE (nota de crédito a exportação) incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro.

Em agosto de 2011, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2,2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 108 meses. Sobre o valor dessa CCB (cédula de crédito bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Em dezembro de 2011 a Companhia liquidou antecipadamente seu programa de securitização de créditos de exportação com o pagamento do montante de R\$313.842 (sendo R\$283.857 de principal, R\$2.373 de juros e R\$27.612 de prêmio pago aos credores pela liquidação antecipada).

- **Debêntures**

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2005 e ratificado em 24 de abril de 2006 a Companhia emitiu, em 01 de fevereiro de 2006, 60.000 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$600.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 03 de maio de 2006.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incide juros remuneratórios correspondentes a 103,6% do CDI Cetip a.a., e o vencimento do valor nominal está previsto para 01 de fevereiro de 2012, com opção de resgate antecipado.

Quinta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de julho de 2011, a Companhia emitiu, em 20 de julho de 2011, 115 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10 milhões. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$1.150.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 23 de agosto de 2011.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% do CDI Cetip ao ano, e o vencimento das debêntures está previsto para 20 de julho de 2019, com opção de resgate antecipado.

ii. Transnordestina Logística

Em 10 de março de 2010, a Transnordestina Logística S.A. obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, aprovação para sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo de oito séries no valor total de R\$2.672.400. A primeira, terceira e quarta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Salgueiro – Trindade e Salgueiro – Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo – Porto Real de Colégio. A segunda, quinta e sexta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins – Trindade. A sétima e oitava séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém.

Emissão	Série	Assembléia	Quantidade	Valor Nom inal	Emissão	Vencimento	Encargos	Saldo (R\$)
		Geral	Emitida	Unitário				31/12/2011
1ª	1ª	08/02/10	336.647.184	R\$ 1,00	09/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	336.647
1ª	2ª	08/02/10	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	350.270
1ª	3ª	08/02/10	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	338.036
1ª	4ª	08/02/10	468.293.037	R\$ 1,00	04/10/11	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	468.293

• Garantias Concedidas

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças, conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	31/12/2011	31/12/2010
Imobilizado	19.383	30.288
Garantia fidejussória	87.550	74.488
Securitizações (Exportações) (*)		113.936
	106.933	218.712

(*) Em virtude da liquidação antecipada dos créditos de exportação os valores do fundo de reserva de securitização foram resgatados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

		31/12/2011					31/12/2010				
Consolidado	Notas	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e Equivalente de Caixa	5			15.417.393		15.417.393			10.239.278		10.239.278
Contas a Receber Líquidas	6			1.558.997		1.558.997			1.259.461		1.259.461
Margem de garantia de instrumentos Financeiros	8 e 15			407.467		407.467			254.485		254.485
Instrumentos financeiros derivativos	8 e 15		55.115			55.115					
Fundo de reserva de securitização									22.644		22.644
Não Circulante											
Outros títulos a receber				57.797		57.797			58.485		58.485
Investimentos		2.089.309				2.089.309	2.102.112				2.102.112
Instrumentos financeiros derivativos	10		376.344			376.344		254.231			254.231
Fundo de reserva de securitização									32.031		32.031
Aplicações Financeiras				139.679		139.679			112.484		112.484
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos e debêntures	14				2.734.968	2.734.968				1.344.561	1.344.561
Instrumentos financeiros derivativos	15 e 16		2.971			2.971		116.407			116.407
Fornecedores					1.232.075	1.232.075				623.233	623.233
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos e debêntures	14				25.331.950	25.331.950				18.861.631	18.861.631
Instrumentos financeiros derivativos	15 e 16		373.430			373.430		254.494			254.494

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, requer divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		55.115		55.115				
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	2.089.309			2.089.309	2.102.112			2.102.112
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		376.344		376.344		254.231		254.231
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		2.971		2.971		116.407		116.407
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		373.430		373.430		254.494		254.494

II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil e no exterior de empresas de primeira linha classificadas pelas agências internacionais de rating com grau de risco “grau de investimento”, às quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

Ao longo dos anos 2010 e 2011 a Companhia investiu em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda por não atender a definição das outras categorias de instrumentos financeiros (empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*) baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BOVESPA). A Companhia continua avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas.

Considerando a queda na cotação das ações Usiminas ao longo do ano, a Companhia avaliou, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda no valor recuperável destes ativos financeiros. A administração avaliou se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta determinação exige julgamento e a CSN tem como política, com base em práticas usadas no mercado nacional e internacional, a análise feita instrumento por instrumento baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Não obstante o objetivo estratégico da CSN e por se tratar de instrumentos patrimoniais da mesma empresa, em razão das diferentes características vinculadas aos instrumentos patrimoniais (ações ordinárias e preferenciais) da Usiminas, a CSN fez a análise do declínio no valor de mercado por tipo de instrumento patrimonial. O critério de análise individual permite análise minuciosa do percentual e período da queda, das características de cada instrumento patrimonial como risco do ativo, segmento de atuação e volatilidade do respectivo instrumento patrimonial. Adicionalmente, a situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2011 até a data de

aprovação das demonstrações financeiras também foram considerados na medida em que foi possível dentro do contexto das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, as suas interpretações e aplicações na prática.

Para determinação do prazo do declínio de valor de mercado das ações abaixo do seu custo, a CSN comparou o seu custo médio de aquisição na data base da demonstração financeira com a última data em que a cotação máxima estava acima desta média ponderada (ação ordinária 1 mês, ação preferencial 7 meses). Na avaliação da administração esta análise mostrou que nenhuma das ações apresentou um declínio prolongado, conforme política definida pela Companhia.

Volatilidade é uma medida de dispersão dos retornos de uma ação ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando esta ação, e, por isso, a volatilidade é uma medida de risco. A volatilidade histórica da ação é calculada e considerada para identificar a flutuação esperada para o respectivo instrumento, mensurar a expectativa de volatilidade futura do instrumento patrimonial avaliado e concluir se um declínio de valor de mercado de um instrumento abaixo do seu custo deve ser considerado significativo.

A tabela a seguir ilustra este índice com o período de 12 anos, período suficiente longo para eliminar picos de volatilidade causados por crises econômicas nacionais e internacionais:

Período	Volatilidade	
	USIM3	USIM5
03/01/2000 a 31/12/2011	50,42%	48,57%

Com base nestas informações, a administração concluiu que a queda de valor de mercado em relação ao custo de aquisição das ações da USIM3 e USIM5 em 31 de dezembro de 2011, respectivamente de 30,8% e 34,5%, não deve ser considerada como um declínio significativo do valor de mercado desses instrumentos patrimoniais. Em 23 de março de 2012, o declínio estava em 20,5% e 15,5%, respectivamente.

Durante o período analisado, a administração avalia que não houve mudanças (i) tecnológicas e de mercado estruturais no segmento que a Usiminas atua; (ii) nas leis e regulamentações vigentes, ou (iii) na situação financeira da Usiminas (liquidez, risco de crédito, fluxo de caixa, etc.). Embora o valor de mercado do patrimônio líquido da Usiminas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 13,5 bilhões) estava abaixo do valor contábil dos seus ativos líquidos (R\$ 19 bilhões), e, portanto, de acordo com CPC01.12(d) existia indicador de perda de valor recuperável, a empresa não registrou perda ao valor recuperável dos seus ativos.

Com base nos elementos qualitativos e quantitativos apresentados acima, a administração no exercício de seu julgamento, concluiu que não há evidência objetiva da perda de valor recuperável no investimento em ações da Usiminas em 31 de dezembro de 2011, e consequentemente não reclassificou as perdas registradas em outros resultados abrangentes no valor de R\$767.924, líquido de imposto de renda e contribuição social.

III – Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	1.878.353	1.819.903	1.668.468	1.663.701
Fixed Rate Notes	5.183.690	5.832.364	4.606.820	4.966.629

IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 14.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

Em 31 de dezembro de 2011	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.734.968	2.263.889	6.724.483	16.343.578	28.066.918
Instrumentos financeiros derivativos	2.971	373.430			376.401
Fornecedores	1.232.075				1.232.075
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.344.561	4.254.057	6.357.169	8.250.405	20.206.192
Instrumentos financeiros derivativos	116.407	254.494			370.901
Fornecedores	623.232				623.232

- Risco de taxa de câmbio**

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar, Euro e Dólar Australiano ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como

instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

- **Políticas de utilização de derivativos de proteção**

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
 - apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
 - realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos;
-

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	31/12/2011		
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em Eur mil)	(Valores em A\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	5.613.908		302.553
Margem de garantia Derivativo	217.223		
Contas a receber - clientes mercado externo	287.616	7.844	
Outros Ativos	139.219	118	
Total ativo	6.257.966	7.962	302.553
Empréstimos e financiamentos	(5.299.622)		
Fornecedores	(10.779)	(1.450)	
Outros Passivos	(56.479)	(16)	
Total passivo	(5.366.880)	(1.466)	
Exposição bruta	891.086	6.496	302.553
Nocional de derivativos contratados líquidos	267.856	(90.000)	
Exposição líquida	1.158.942	(83.504)	302.553

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

- **Transações de swap cambial**

A companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Em 31 de dezembro de 2011 a companhia mantinha posição comprada em swap cambial de US\$367.856 mil (US\$1.249.529 mil em 31 dezembro de 2010), onde recebemos, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,4541% ao ano em média (em 2010 variação cambial mais 2,29% ao ano), e pagamos 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Em 31 de dezembro de 2011 a companhia mantinha posição vendida em swap cambial de US\$100.000 mil, onde pagamos, na ponta passiva, variação cambial mais cupom de 2,39% ao ano em média e recebemos 100% do CDI na ponta ativa do contrato de swap cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

a) Operações em aberto

• **Swap cambial Dólar x Real**

			31/12/2011		
Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)
JP Morgan	01/2/2012 a 01/3/2012	9.981	19.127	(18.556)	571
HSBC	22/4/2012 a 15/6/2012	101.317	192.919	(176.554)	16.365
Société Générale	01/2/2012 a 02/8/2012	16.635	30.554	(29.362)	1.192
Bradesco	01/08/2012	3.327	6.279	(5.743)	536
Banco do Brasil	02/7/2012 a 03/9/2012	6.654	12.605	(12.413)	192
Santander	01/2/2012 a 02/1/2015	14.990	28.900	(28.416)	484
Goldman Sachs	02/01/2015	190.000	371.174	(352.514)	18.660
Banco de Tokyo	15/12/2016	24.952	46.980	(47.960)	(980)
		367.856	708.538	(671.518)	37.020

					31/12/2010
Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a (Pagar)
JP Morgan	01/11/2011 a 01/03/2012	6.654	11.078	(11.170)	(92)
HSBC	03/01/2011	223.000	372.794	(385.900)	(13.106)
Société Générale	01/02/2011 a 01/12/2011	23.289	39.687	(50.254)	(10.567)
Pactual	01/07/2011	3.327	5.847	(8.573)	(2.726)
Deutsche Bank	03/01/2011 a 01/02/2011	265.000	443.143	(468.544)	(25.401)
Santander	03/01/2011 a 02/01/2015	131.625	220.951	(239.169)	(18.218)
Goldman Sachs	03/01/2011 a 02/01/2015	130.000	215.302	(224.658)	(9.356)
Itau BBA	03/1/2011 a 01/12/2011	466.634	779.802	(809.381)	(29.579)
		1.249.529	2.088.604	(2.197.649)	(109.045)

• **Swap Cambial Real x Dólar**

		31/12/2011			
Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a (Pagar)
		Santander	01/02/2012	(70.000)	130.266
Goldman Sachs	01/02/2012	(30.000)	55.704	(56.030)	(326)
		(100.000)	185.970	(186.817)	(847)

- **Swap Cambial Iene x Dólar**

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (Iene)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a receber
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	374.455	(373.430)	1.025
		59.090.000	374.455	(373.430)	1.025

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2010			
		Nocional (Iene)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a receber
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	254.231	(254.231)	
		59.090.000	254.231	(254.231)	

b) Operações liquidadas Dólar x Real

Contrapartes	Valorização 2011			Valor Recebido / (Pago) em 2011	Valorização 2010			Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
	Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		
Deutsche Bank	2.352.000	3.809.284	(3.927.022)	(117.738)	265.000	443.143	(468.544)	(25.401)	(92.337)
Goldman Sachs	100.000	2.978.316	(2.975.695)	2.621	100.000	167.243	(173.031)	(5.788)	8.409
HSBC	1.843.000	3.022.397	(3.092.542)	(70.145)	223.000	372.794	(385.900)	(13.106)	(57.039)
Itau BBA	809.635	1.345.353	(1.380.319)	(34.966)	466.635	779.802	(809.378)	(29.576)	(5.390)
Santander	246.625	412.585	(434.164)	(21.579)	121.625	204.241	(221.856)	(17.615)	(3.964)
BTG Pactual	3.327	5.542	(9.050)	(3.508)	3.327	5.847	(8.573)	(2.726)	(782)
Société Générale	23.289	41.093	(52.363)	(11.270)	23.289	39.687	(50.255)	(10.568)	(702)
JP Morgan	3.327	5.737	(6.075)	(338)	6.654	11.078	(11.170)	(92)	(246)
Bradesco	1.663	3.143	(2.755)	388					388
	5.382.866	11.623.450	(11.879.985)	(256.535)	1.209.530	2.023.835	(2.128.707)	(104.872)	(151.663)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo e no passivo da companhia no montante de R\$37.020 no ativo e R\$847 no passivo em 31 de dezembro de 2011 (R\$109.045 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$115.490 em 31 de dezembro de 2011 (perda no montante de R\$ 231.673 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota 26).

- **Swap cambial euro x dólar**

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

a) Operações abertas

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Euro mil)			31/12/2011
			Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber
HSBC	12/01/2012	25.000	51.469	(48.556)	2.913
Deutsche Bank	12/01/2012	25.000	51.521	(48.556)	2.965
Goldman Sachs	12/01/2012	40.000	128.761	(121.389)	7.372
		90.000	231.751	(218.501)	13.250

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Euro mil)	31/12/2010		
			Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber
HSBC	20/01/2011	15.000	34.029	(33.424)	605
Deutsche Bank	20/01/2011	25.000	56.648	(55.707)	941
Goldman Sachs	20/01/2011	50.000	113.295	(111.415)	1.880
		90.000	203.972	(200.546)	3.426

b) Operações liquidadas

Contrapartes	Valorização 2011			Recebido / (Pago) em 2011	Valorização 2010			Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
	Nocional (Euro mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		Nocional (Euro mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		
Deutsche Bank	210.000	475.582	(481.504)	(5.922)	25.000	56.648	(55.707)	941	(6.863)
Goldman Sachs	140.000	321.800	(319.448)	2.352	50.000	113.295	(111.415)	1.880	472
HSBC	15.000	34.029	(33.413)	616	15.000	34.029	(33.424)	605	11
Itau BBA	85.000	199.820	(197.116)	2.704					2.704
	450.000	1.031.231	(1.031.481)	(250)	90.000	203.972	(200.546)	3.426	(3.676)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo da Companhia no montante de R\$13.250 em 31 de dezembro 2011 (R\$3.426 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como ganho no montante de R\$9.574 em 31 de dezembro de 2011 (perda de R\$ 6.763 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota 26).

- Contrato Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial**

Tem por objetivo proteger as obrigações denominadas em moeda estrangeira contra variação do Real. A Companhia pode comprar ou vender contratos futuros de dólar comercial na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para mitigar a exposição cambial frente aos seus passivos denominados em dólar norte americano. As especificações do contrato futuro de taxa de câmbio de Reais por Dólar, incluindo explicações detalhadas sobre as características dos contratos e cálculo dos ajustes diários, são publicadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F e divulgadas em seu *website* (www.bmf.com.br). Em 2011 a Companhia não contratou operações de dólar futuro. Ao longo de 2010 a Companhia pagou R\$179.564 e recebeu R\$259.490 em ajustes, obtendo assim um ganho de R\$79.926. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações no câmbio.

• Outros derivativos

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do Euro contra o Dólar. Em 31 de dezembro a posição bruta era de US\$35.352 mil e líquida US\$144 mil (incluindo derivativos abaixo)

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a receber
BES	30/04/2012	20.208	38.017	(34.049)	3.968
BNP	31/01/2012	15.000	28.219	(25.453)	2.766
		35.208	66.236	(59.502)	6.734

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo da Companhia no montante de R\$6.734 em 31 de dezembro 2011.

A controlada Tecon liquidou em 26 de setembro de 2011 suas operações com derivativos para proteger as exposições do Real contra o Iene cujo nocional era de JPY 2.390.398 (posição passiva em aberto de R\$8.042 em 31 de dezembro de 2010).

Os resultados destas operações em 31 de dezembro de 2011 estão consolidados no resultado financeiro da companhia como ganho no montante R\$ 16.501 (perda de R\$8.388 em 2010) (vide nota 26).

• Análise de sensibilidade swap cambial dólar x real

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011 registrado no ativo no montante de R\$37.020 e no passivo no montante de R\$847. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade dólar.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,4069;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 0,9379;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,3448;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 2,8137.

		31/12/2011				
Risco		Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1,8758	1,4069	0,9379	2,3448	2,8137
Swap cambial líquido	Flutuação do dólar	267.856	(125.611)	(251.222)	125.611	251.222
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	891.086	(417.875)	(835.749)	417.875	835.749
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	1.158.942	(543.486)	(1.086.971)	543.486	1.086.971

• Análise de sensibilidade swap cambial euro x dólar

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011 registrado no ativo no montante de R\$13.250. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,8257;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,2171;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 3,0428;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 3,6513.

			31/12/2011			
	Risco	Valor de referência (EUR mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,4342	1,8257	1,2171	3,0428	3,6513
Sw ap camb ial líquido	Flutuação do euro	(90.000)	54.770	109.539	(54.770)	(109.539)
Posição camb ial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do euro	6.496	(3.954)	(7.907)	3.954	7.907
Posição camb ial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do euro	(83.504)	50.816	101.632	(50.816)	(101.632)

• Análise de sensibilidade exposição cambial em dólar australiano

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade dólar australiano.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/A\$ de 1,4337;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/A\$ de 0,9558;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/A\$ de 2,3895;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/A\$ de 2,8674.

31/12/2011						
	Risco	Valor de referência (A\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1,9116	1,4337	0,9558	2,3895	2,8674
Posição cambial Moeda funcional BRL	Flutuação do dólar Australiano	302.553	(144.590)	(289.180)	144.590	289.180

• Analise sensibilidade swap dólar x euro

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011 registrado no ativo no montante de R\$6.734. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade Euro/Dólar de 0,9856;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade Euro/Dólar de 0,6571;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade Euro/Dólar de 1,6426;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade Euro/Dólar de 1,9712.

31/12/2011

	Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1,3141	0,9856	0,6571	1,6426	1,9712
Swap cambial líquido	Flutuação do dólar	35.208	(11.567)	(23.133)	11.567	23.133
Posição cambial Moeda funcional EURO (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	(35.352)	11.614	23.228	(11.614)	(23.228)
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	(144)	47	95	(47)	(95)

- Risco de taxa de juros**

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

- Transações de swap de taxa de juros (Libor x CDI)**

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste swap, em 31 de dezembro de 2011 é de US\$107.500 mil, protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

a) Operações em aberto

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nominal (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) (R\$)
		2011	Posição ativa	Posição passiva	Valor a pagar
CSFB	13/02/2012	107.500	182.432	(184.556)	(2.124)

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2010			
		Nominal (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) (R\$)
		2010	Posição ativa	Posição passiva	Valor a pagar
CSFB	12/02/2011	150.000	254.575	(257.584)	(3.009)

b) Operações liquidadas

Contrapartes	Vencimento	Valorização 2011			Pago em 2011	Valorização 2010			Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa (R\$)	Posição Passiva (R\$)		
CSFB	14/02/2011	150.000	255.238	(260.757)	(5.519)	150.000	254.575	(257.584)	(3.009)	(2.510)
CSFB	12/05/2011	150.000	255.151	(260.582)	(5.431)					(5.431)
CSFB	12/08/2011	129.000	219.172	(224.641)	(5.469)					(5.469)
CSFB	14/11/2011	129.000	219.547	(224.607)	(5.060)					(5.060)
		558.000	949.108	(970.587)	(21.479)	150.000	254.575	(257.584)	(3.009)	(18.470)

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da companhia no montante de R\$2.124 em 2011 (R\$3.009 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$20.594 (perda de R\$ 18.864 em 2010).

- Análise de sensibilidade do swap de taxa de juros (Libor x CDI)**

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011 registrado no passivo R\$2.124. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas Libor (US\$) e CDI.

	Nocional (US\$ mil)	Risco	31/12/2011			
			25%	50%	25%	50%
Swap de taxa de juros libor x CDI	107.500	(Libor) US\$	(25.586)	(30.176)	25.586	30.176

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2011 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Impacto no resultado	
		31/12/2011	31/12/2010
TJLP	6,00	1.372	6.465
Libor	0,81	7.941	7.102
CDI	10,87	72.607	42.103

- Riscos de preço de mercado de ações**

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda. Os investimentos em ações são adquiridos de empresas de primeira linha negociados na BOVESPA.

A tabela abaixo demonstra a variação líquida no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda sobre o resultado do exercício e patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

	Consolidado			
	Resultado do exercício		Outros resultados abrangentes	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Variação líquida no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda	(621.312)	515.573	(767.015)	552.461

Em 20 de abril de 2011, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale a 47.291.891 ações ao preço de A\$16,50 por ação, totalizando um ganho de R\$698.164.

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2011. A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda já apresentado acima. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das ações.

- Cenário 1: (25% de valorização das ações);
- Cenário 2: (50% de valorização das ações);
- Cenário 3: (25% de desvalorização das ações);
- Cenário 4: (50% de desvalorização das ações);

Empresas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido				
	Provável	25%	50%	25%	50%
Usiminas	(767.924)	509.296	1.018.593	(509.296)	(1.018.593)
Panatúntica	909	2.663	5.326	(2.663)	(5.326)
	(767.015)	511.959	1.023.919	(511.959)	(1.023.919)

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

• Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

V – Depósitos em garantia

A Companhia possui depósitos em garantia no montante de R\$407.467 (R\$254.485 em 31 de dezembro 2010); esse valor está aplicado no Deutsche para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, especificamente swap entre a CSN Islands VIII e CSN.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Circulante				Não Circulante			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivos com partes relacionadas (*)	178.635	148.364	458.878	372.185	3.094.453	3.028.924	7.821.914	8.141.037
Perdas não realizadas com derivativos (Nota 15 I)	2.971	116.407	2.124	3.010	373.430	254.494		
Dividendos e JCP a pagar	928.924	631.344	927.881	630.051				
Adiantamento Clientes	23.868	35.361	17.862	29.003				
Tributos parcelados	313.201	656.678	292.699	652.894	1.910.576	859.898	1.774.533	829.537
Participação sobre lucro - empregados	131.755	90.243	117.806	82.075				
Outras obrigações	149.091	176.555	55.615	141.773	215.061	178.350	122.529	136.996
	1.728.445	1.854.952	1.872.865	1.910.991	5.593.520	4.321.666	9.718.976	9.107.570

(*) A natureza das transações com partes relacionadas estão descritas na nota 4.

17. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Transnordestina	R\$	Até 08/05/2028 e indeterminado	1.358.657	1.145.397	1.800		7.686	5.186	1.368.143	1.150.583
CSN Cimentos	R\$	Até 18/11/2014 e indeterminado			30.213	32.745	30.097	26.987	60.310	59.732
Prada	R\$	Até 10/12/2013 e indeterminado			9.958	9.958	2.440	740	12.398	10.698
Sepetiba Tecon	R\$	31/01/2012	700	1.465		15.000		61.519	700	77.984
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.326	9.587					7.326	9.587
CSN Energia	R\$	Até 30/12/2012 e indeterminado			2.392	1.029	2.336	2.336	4.728	3.365
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000						2.000.000	
Total em R\$			3.366.683	1.156.449	44.363	58.732	42.559	96.768	3.453.605	1.311.949
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
Aços Longos	US\$	31/12/2011		4.431						4.431
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
Total em US\$			3.700.000	3.704.431					3.700.000	3.704.431
Total em R\$			6.940.460	6.172.323					6.940.460	6.172.323
			10.307.143	7.328.772	44.363	58.732	42.559	96.768	10.394.065	7.484.272

18. TRIBUTOS PARCELADOS

a) Programa de recuperação fiscal (Refis)

- **Refis Federal**

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A adesão aos programas fiscais especiais reduziu o montante a pagar de multas, juros e encargos legais anteriormente devidos.

A decisão da Administração levou em consideração matérias julgadas pelos tribunais superiores, bem como a avaliação de seus consultores externos quanto à possibilidade de êxito nos casos em andamento.

Os débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 foram parcelados em 12 parcelas a partir de novembro de 2009. Em julho de 2010, a companhia optou por compensar com valores de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL as quatro últimas parcelas deste programa de recuperação fiscal, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Em novembro de 2009 e fevereiro de 2010, os débitos inscritos no programa de parcelamento da Lei nº 11.941/09, já registrados através das provisões, tiveram seus valores revisados com as reduções nos débitos previstas nos programas especiais de acordo com as datas de desistências de recursos administrativos ou de ação judicial. No 1º trimestre de 2010, registrou-se um efeito negativo antes de IRPJ e CSLL no montante de R\$48.890 na controladora e R\$ 42.365 no consolidado, que foram contabilizados em outras receitas e despesas operacionais e no resultado financeiro (vide notas 25 e 26).

Em junho de 2011 as empresas do grupo consolidaram os débitos inscritos no programa fiscal da Lei nº 11.941/09 na modalidade de 180 parcelas atualizados pela SELIC. Como resultado da consolidação, houve um complemento de provisão no segundo trimestre de 2011 no montante de R\$19.734 registrado na controladora na rubrica resultado financeiro e outras despesas, antes de IRPJ e CSLL.

Em relação aos depósitos judiciais vinculados aos processos do Refis, a Companhia obteve parecer favorável da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) sobre a utilização do excesso gerado de valores após a aplicação das reduções da modalidade à vista.

Dessa forma, a Companhia realizou pedido de compensação dos valores de excesso de depósito sobre os débitos que estão parcelados no programa do Refis 11.941 da própria PGFN. Até o momento estamos aguardando manifestação da PGFN sobre essa compensação.

A posição dos débitos decorrentes do Refis, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011, era de R\$1.928.872 (R\$1.410.062 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e R\$2.094.741 (R\$1.444.207 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado.

19. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	31/12/2011		Consolidado 31/12/2010	
	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado
Previdenciárias e Trabalhistas	131.443	284.556	107.100	247.212
Cíveis	50.909	94.183	47.216	80.331
Ambientais		6.906		500
Fiscais	1.159.881	94.317	878.309	86.342
Depósitos Caucionados	26.928		46.160	
	1.369.161	479.962	1.078.785	414.385
Obrigações legais questionadas judicialmente:				
Fiscais				
Crédito prêmio IPI			1.227.892	1.227.892
Crédito CSLL sobre exportação		9.016		401.916
Salário- educação	36.189	33.121	36.189	33.121
CIDE	2.895	3.246	54.211	27.545
IR / plano verão	345.676	20.892	341.551	20.892
Outras provisões	6.893	92.226	36.078	113.552
	391.653	158.501	1.695.921	1.824.918
	1.760.814	638.463	2.774.706	2.239.303
Total circulante		292.178		222.461
Total não circulante	1.760.814	346.285	2.774.706	2.016.842

	31/12/2011		Controladora 31/12/2010	
	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado
Previdenciárias e Trabalhistas	105.292	200.401	78.302	183.141
Cíveis	39.308	65.076	38.646	54.113
Ambientais		6.906		500
Fiscais	1.120.859	59.068	847.301	67.427
Depósitos Caucionados	26.663		43.856	
	1.292.122	331.451	1.008.105	305.181
Obrigações legais questionadas judicialmente:				
Fiscais				
Crédito prêmio IPI			1.227.892	1.227.892
Crédito CSLL sobre exportação		9.016		401.916
Salário- educação	36.189	33.121	36.189	33.121
CIDE	2.895	3.246	54.211	27.545
IR / plano verão	345.676	20.892	341.551	20.892
Outras provisões	6.893	90.703	36.078	113.552
	391.653	156.978	1.695.921	1.824.918
	1.683.775	488.429	2.704.026	2.130.099
Total circulante		225.997		200.288
Total não circulante	1.683.775	262.432	2.704.026	1.929.811

A movimentação das provisões para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pode ser assim demonstrada:

Circulante + Não Circulante							Consolidado	
							Circulante	
Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Transferência (*)	Utilização	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Cível	80.831	17.188	24.639		(21.569)	101.089	87.343	57.622
Trabalhista	188.188	50.383	48.019		(63.570)	223.020	204.615	164.839
Fiscais	1.911.260	68.915	24.906	(1.597.659)	(154.604)	252.818	220	
Previdenciário	59.024	28	2.726		(242)	61.536		
	2.239.303	136.514	100.290	(1.597.659)	(239.985)	638.463	292.178	222.461

Circulante + Não Circulante							Controladora	
							Circulante	
Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Transferência (*)	Utilização	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Cível	54.613	14.671	15.430		(12.732)	71.982	65.076	54.113
Trabalhista	146.175	40.661	30.041		(55.953)	160.924	160.921	146.175
Fiscais	1.892.345	41.549	19.385	(1.597.659)	(139.574)	216.046		
Previdenciário	36.966	28	2.726		(243)	39.477		
	2.130.099	96.909	67.582	(1.597.659)	(208.502)	488.429	225.997	200.288

(*) As transferências para tributos parcelados ocorreram pela adesão a Lei 11.941/09 e refere-se aos processos CSLL Exportação, COFINS Lei nº 10.833/03, CIDE e Crédito Prêmio de IPI sobre exportação.

As provisões para passivos cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e previdenciários foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A Companhia e suas controladas defendem-se em outros processos administrativos e judiciais (trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais), no montante aproximado de R\$6.880.921, sendo R\$525.139 de cíveis, R\$45.078 de ambientais e R\$1.114.509 de processos trabalhistas e previdenciários. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto aos processos fiscais, estes representam o montante de R\$5.196.195, sendo que deste total o valor de R\$1.687.349 refere-se a autos de infração lavrados contra a controladora por supostamente deixar de tributar, para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas luxemburguesas. Em face das recentes alterações na jurisprudência administrativa e judicial, nossos advogados externos avaliam que tal decisão não alcançará os lucros apurados, e não disponibilizados, por nossas controladas no exterior, objeto dos autos de infração, em vista da proteção conferida pelo tratado Brasil-Luxemburgo. Todavia, em virtude da indefinição jurisprudencial administrativa e judicial, classificam as chances de perda como possíveis.

a) Ações trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como ré, em 31 de dezembro de 2011 em 12.993 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$223.020 (R\$188.188 em 31 de dezembro de 2010). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à

aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003.

b) Ações cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais da Companhia e suas controladas. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$94.183 em 31 de dezembro de 2011 (R\$80.331 em 31 de dezembro de 2010).

c) Ações fiscais

Imposto de renda e Contribuição social

(i) Plano Verão - A Controladora pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 31 de dezembro de 2011 existe o montante de R\$345.676 (R\$341.551 em 31 de dezembro de 2010) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$20.892 (R\$20.892 em 31 de dezembro de 2010), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

(ii) CSLL Exportação – Em fevereiro de 2004, a Controladora ajuizou ação judicial para não se sujeitar ao recolhimento de CSLL sobre suas receitas/lucros de exportação, bem como obter autorização judicial para poder repetir/compensar todos os valores de CSLL indevidamente pagos sobre as receitas/lucros de exportação desde a publicação da Emenda Constitucional 33/2001, que deu nova redação ao artigo 149, parágrafo 2º da CF/88, ao determinar que "as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação".

Desde então, a Companhia mantinha provisionado a parcela de CSLL sobre receitas/lucros de exportação, entretanto após o julgamento pelo STF nos autos do RE nº564.413 (leading case) em votação contrária relativa a não incidência da CSLL sobre exportação aos contribuintes, ainda pendente de publicação, a Companhia decidiu incluir também este processo ao programa de parcelamento instituído pela lei nº11.941/09 (REFIS). O valor total atualizado do processo incluído no parcelamento foi de R\$ 365.466.

Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE

A Controladora questionava a validade jurídica da Lei nº 10.168/00, que instituiu a cobrança de CIDE sobre importâncias pagas, creditadas ou remetidas a beneficiários não residentes no país - a título de *royalties* ou remuneração sobre contratos de fornecimento, assistência técnica, cessão e licenças de uso de marcas e exploração de patentes.

A sentença de 1ª instância judicial foi desfavorável, o que foi ratificado pelo TRF da 2ª Região. Foram interpostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, tendo sido interposto Recurso Extraordinário ao STF, o qual aguarda decisão quanto à sua admissibilidade.

Por conta das decisões desfavoráveis e dos benefícios de redução de multa e juros, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referida discussão judicial ao programa de recuperação fiscal da Lei 11.941/2009.

Após aplicação dos benefícios deste programa, a controladora mantém depósitos judiciais no montante de R\$6.200, sendo R\$2.895 a excesso de depósitos após aplicação das reduções do REFIS poderá ser convertido em renda. Em 31 de dezembro de 2011 existe provisão no montante de R\$3.246 (R\$3.246 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

- Salário-educação

A Controladora discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido decisão desfavorável a CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram interpostas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém a taxa SELIC, sendo apresentado então Contra-razões à apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado e depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$33.121 (R\$33.121 em 31 de dezembro de 2010).

- Seguro acidente do trabalho - SAT

A Controladora discute em juízo a ampliação da alíquota do SAT de 1% para 3% e também discute a majoração do SAT para fins de Contribuição para Aposentadoria Especial, que teve a sua alíquota estipulada em 6%, conforme legislação, para aqueles empregados expostos a agentes nocivos.

Quanto ao primeiro processo supracitado, a sentença da 1ª instância foi desfavorável e o processo encontra-se em julgamento no TRF da 2ª Região. Já quanto ao segundo processo o mesmo se encerrou de forma desfavorável à Companhia e os valores devidos neste processo no montante de R\$33.077 que estavam depositados judicialmente foram convertidos em renda em favor do INSS.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$61.536 (R\$59.024 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais e se refere, exclusivamente, ao processo de diferença de alíquota de 1% para 3% para todos os estabelecimentos da Companhia e sua controlada Cia Metalúrgica Prada.

Em razão da probabilidade de perda dessa discussão o Conselho de Administração da CSN aprovou a adesão de referidas discussões ao parcelamento da Lei 11.941/2009. Em razão da adesão ao REFIS e a desistência processo que discutia a ampliação da alíquota de 1% para 3%, a CSN incluiu o período que não havia sido autuado no Programa de Parcelamento Ordinário em 60 parcelas.

- Crédito prêmio de IPI sobre exportação

A legislação tributária permitia às companhias brasileiras o reconhecimento do crédito prêmio de IPI até 1983, quando em ato executivo do governo brasileiro foram cancelados tais benefícios proibindo a utilização desses créditos.

A Controladora contestou a constitucionalidade desse ato e ajuizou ação pleiteando o direito de utilização do crédito prêmio de IPI sobre exportação de 1992 a 2002, uma vez que somente leis elaboradas pelo poder legislativo podem cancelar ou revogar benefícios pontualmente elaborados por legislação pretérita.

Em 13 de agosto de 2009, o STF proferiu decisão, dotada de efeitos de repercussão geral, determinando que o Crédito Prêmio de IPI somente vigorasse até outubro de 1990. Dessa forma os créditos apurados após 1990 não foram reconhecidos e em razão dessa decisão do STF o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referidas discussões aos programas de recuperação fiscal de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09 e pela Lei nº 11.941/09, em que há benefício da redução de multas, juros e encargos legais.

A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009. O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09 foi compensado com os depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$516 milhões após aplicação das reduções do REFIS que poderão ser restituídos.

Já os débitos inscritos nos termos da MP nº 470/09 foram pagos em 12 parcelas a partir de Novembro/09, sendo que as últimas 4 parcelas foram substituídas pela utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

- Outros

A Controladora possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, COFINS Lei nº 10.833/03, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$90.703 (R\$84.367 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

Com relação ao débito de COFINS Lei nº 10.833/03, o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao programa de recuperação fiscal Lei 11.941/09. A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009.

O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09, foi compensado com depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$9.141 após aplicação das reduções do REFIS que poderá ser restituídos.

d) Outros

- Concorrencial

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

- Ambiental

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em

recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$6.906 (R\$500 em 31 de dezembro de 2010).

- Arbitragem

Trata-se de procedimento arbitral na ICC que tem por objetivo apurar eventuais danos sofridos por quebra contratual de valor estimado em R\$ 84.323 (US\$ 53,0 milhões). O procedimento está na fase de apresentações das alegações iniciais e de prova documental. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

20. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2011 é mantida provisão no montante de R\$306.079 na controladora e R\$312.612 no consolidado (R\$271.608 e R\$278.106 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2011 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base essas taxas de desconto e índice de inflação (IGPM) do período, em referencia.

b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$15.148 na controladora e R\$24.327 no consolidado (R\$13.435 e R\$17.421 em 31 de dezembro de 2010).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.680.947 (R\$1.680.947 em 31 de dezembro de 2010) dividido em 1.457.970.108 (1.483.033.685 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações representativas do capital social, operação pela qual cada ação do capital social passou a ser representada por 2 (duas) novas ações.

ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2011 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, já sendo atingido o limite para sua constituição, conforme determina a legislação vigente.

iv. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui ações em tesouraria. Em 02 de agosto de 2011 foi aprovado o cancelamento de 25.063.577 ações existentes em tesouraria, sem redução de capital.

v. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2011, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Sem ações em tesouraria	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Sem ações em tesouraria
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,86%	47,86%	697.719.990	47,05%	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,99%	3,99%	58.193.503	3,92%	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,88%	0,88%	12.788.231	0,86%	0,88%
BNDESPAR	31.773.516	2,18%	2,18%	31.773.516	2,14%	2,18%
NYSE - ADRs	373.772.695	25,64%	25,64%	358.913.048	24,20%	24,62%
BOV ESPA	283.722.173	19,45%	19,45%	298.581.820	21,83%	20,47%
	1.457.970.108	100,00%	100,00%	1.457.970.108	98,31%	100,00%
Ações em tesouraria				25.063.577	1,69%	
Total de ações	1.457.970.108	100,00%		1.483.033.685	100,00%	

(*) A Rio Iaco Participação S. A. é uma empresa do grupo controlador.

vi. Movimentação das ações em circulação

	Quantidade de ações	Saldo em tesouraria
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.457.970.108	52.389.112
Cancelamento de ações		(27.325.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.457.970.108	25.063.577
Cancelamento de ações		(25.063.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.457.970.108	

22. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	3.706.033
Reversão de Reserva de lucros a realizar de exercícios anteriores	3.779.357
Lucro Líquido para destinação	7.485.390
Destinação Proposta:	
Reserva estatutária (Capital de Giro) (*)	(5.717.390)
Reserva investimentos	(568.000)
Total de apropriação em reservas	(6.285.390)
Dividendos propostos	(1.200.000)
Total de dividendos propostos	(1.200.000)
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,8231
Informações Adicionais:	
Dividendos mínimos obrigatórios (**)	926.508
Dividendos mínimos obrigatórios - exercícios anteriores	1.373
Dividendos a pagar	927.881

(*) A Assembléia Geral ordinária deliberará sobre a destinação do excesso de reserva de lucros.

(**) O Estatuto social da Companhia estabelece a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 25% do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

23. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta				
Mercado interno	13.366.345	13.201.074	12.023.499	11.770.069
Mercado externo	6.417.397	4.270.333	1.641.386	1.130.695
	19.783.742	17.471.407	13.664.885	12.900.764
Deduções				
Vendas canceladas e abatimentos	(257.888)	(416.706)	(268.599)	(133.287)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.006.270)	(2.604.191)	(2.641.699)	(2.315.507)
	(3.264.158)	(3.020.897)	(2.910.298)	(2.448.794)
Receita Líquida	16.519.584	14.450.510	10.754.587	10.451.970

24. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Matérias Primas e Insumos	(3.927.105)	(3.245.396)	(3.143.659)	(2.687.680)
Mão de obra	(1.647.545)	(1.226.087)	(1.175.479)	(950.301)
Suprimentos	(1.084.440)	(1.061.012)	(856.086)	(849.406)
Manutenção	(969.376)	(856.297)	(778.450)	(738.603)
Serviços de Terceiros	(1.981.025)	(1.542.638)	(1.103.306)	(917.382)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(925.790)	(808.215)	(740.043)	(638.299)
Outros (*)	(445.256)	(161.916)	(151.863)	128.375
	(10.980.537)	(8.901.561)	(7.948.886)	(6.653.296)
Classificados como o:				
Custo dos produtos vendidos	(9.800.844)	(7.882.726)	(7.257.670)	(5.987.554)
Despesas com vendas	(604.108)	(481.978)	(335.302)	(335.111)
Despesas gerais e administrativas	(575.585)	(536.857)	(355.914)	(330.631)
	(10.980.537)	(8.901.561)	(7.948.886)	(6.653.296)

(*) Incluso aumento e/ou redução em produtos acabados e em elaboração.

25. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(37.499)	(81.394)	(7.881)	(68.885)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09	(16.119)	(8.444)	(16.119)	(42.835)
Provisão para contingências e perdas líquidas das reversões	(75.823)	(182.761)	(61.612)	(132.965)
Multas contratuais e indedutíveis	(45.537)	(155.445)	(54.837)	(167.865)
Custo fixo de paralisação dos equipamentos	(33.674)	(21.213)	(31.251)	(18.101)
Baixa de ativos obsoletos	(85.120)	(32.098)	(22.685)	(24.886)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(42.050)	(21.142)	(42.021)	(21.109)
Plano de Pensão (Nota 29 c)	(67.276)	(63.110)	(63.007)	(58.952)
Ajuste de perda pelo valor recuperável	(60.861)			
Plano de saúde (Nota 29 d)	(37.343)	(33.817)	(37.355)	(33.827)
	(501.302)	(599.424)	(336.768)	(569.425)
Outras receitas operacionais				
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09				
Venda ações Riversdale (Nota 11)	698.198			
Ganho aquisição de precatórios		15.595		15.595
Crédito Extemporâneo PIS / COFINS / ICMS		32.739		32.739
Alienação de títulos			116.336	
Dividendos recebidos terceiros	14.199		2.790	
Outras receitas	6.780	487	13.894	28.961
	719.177	48.821	133.020	77.295
Outras (despesas) e receitas operacionais	217.875	(550.603)	(203.748)	(492.130)

26. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(639.197)	(641.632)	(91.840)	(105.541)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.622.365)	(791.926)	(1.225.789)	(609.594)
Partes relacionadas	(389.059)	(374.929)	(1.403.082)	(1.396.861)
Juros Capitalizados	353.156	215.624	248.012	179.626
PIS/COFINS sobre demais receitas	(1.230)	(1.079)	(1.230)	(1.044)
Perdas com derivativos (*)	(20.594)	(27.252)	(20.594)	(18.864)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos	(77.335)	(33.921)	(77.335)	(6.055)
Juros, multas e moras fiscais	(264.359)	(283.768)	(255.831)	(244.571)
Outras despesas financeiras	(222.938)	(261.570)	(166.729)	(230.549)
	(2.883.921)	(2.200.453)	(2.994.418)	(2.433.453)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	29.300	53.491	62.327	121.177
Rendimentos sobre aplicações financeiras	538.882	394.183	79.997	36.386
Outros rendimentos	149.268	195.466	113.114	76.044
	717.450	643.140	255.438	233.607
Variações monetárias:				
- Ativas	6.330	271	1.155	1.876
- Passivas	(43.781)	(8.714)	(11.413)	(6.003)
	(37.451)	(8.443)	(10.258)	(4.127)
Variações cambiais:				
- Sobre ativos	1.041.200	(585.719)	160.139	(30.669)
- Sobre passivos	(753.666)	398.527	(944.425)	171.421
- Variações cambiais com derivativos (*)	(89.415)	(158.510)		
	198.119	(345.702)	(784.286)	140.752
Variações monetárias e cambiais líquidas	160.668	(354.145)	(794.544)	136.625
Resultado financeiro líquido	(2.005.803)	(1.911.458)	(3.533.524)	(2.063.221)
(*) Demonstração dos resultados das operações derivativas				
Sw ap CDI x USD	(115.490)	(231.673)		
Sw ap EUR x USD	9.574	(6.763)		
Dólar Futuro		79.926		
Total <i>return equity swap</i>				
Outros	16.501	(8.388)		
	(89.415)	(166.898)		
Sw ap Libor x CDI	(20.594)	(18.864)	(20.594)	(18.864)
	(20.594)	(18.864)	(20.594)	(18.864)
	(110.009)	(185.762)	(20.594)	(18.864)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura da Companhia, seus negócios estão distribuídos em cinco segmentos operacionais. Conseqüentemente analisamos nossa informação por segmento da seguinte forma:

- **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos e Portugal. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Para 2013, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN possui mineração na Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

i. Ferroviária

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S. A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporta suas exportações para os

Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

b) Transnordestina Logística

Juntos, a CSN e o Governo Federal investirão na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras, previstas para serem concluídas em 2013, incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

O projeto aumentará a capacidade de transporte da Transnordestina Logística em 20 vezes, igualando-a ao patamar das ferrovias mais modernas do mundo.

Com a nova configuração a Transnordestina se tornará a melhor opção logística para exportação de grãos através dos portos de Pecém e Suape, bem como de outros grãos sólidos como minério de ferro da Região Nordeste, tendo papel importante no desenvolvimento da região.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infra-estrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de grãos.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação produção, comercialização e distribuição de cimento a qual utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas a Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

- **Vendas por área geográfica**

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

	31/12/2011							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.895.581	23.849.514				1.754.596		
Receitas								
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
Mercado externo	1.287.274	5.107.707					(17.313)	6.377.668
Custo produtos e serviços vendidos	(7.038.168)	(2.185.149)	(85.474)	(667.186)	(105.497)	(268.432)	549.062	(9.800.844)
Lucro Bruto	2.439.569	3.756.702	57.304	355.699	77.995	64.518	(33.047)	6.718.740
Despesas vendas e administrativas	(471.003)	(149.862)	(18.303)	(90.020)	(25.408)	(67.712)	(357.385)	(1.179.693)
Depreciação	606.810	161.655	5.674	105.454	22.495	23.222	4.058	929.368
EBITDA ajustado	2.575.376	3.768.495	44.675	371.133	75.082	20.028	(386.374)	6.468.411

	31/12/2011							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	31.255	4.250.002						4.281.257
América do Norte	502.486							502.486
América Latina	147.363							147.363
Europa	560.880	857.705						1.418.585
Outras	45.290						(17.313)	27.977
Mercado externo	1.287.274	5.107.707					(17.313)	6.377.668
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
TOTAL	9.477.737	5.941.851	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(582.109)	16.519.584

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

31/12/2010

	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.795.851	18.554.984				991.789		
Receitas								
Mercado interno	8.763.470	573.976	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	10.246.805
Mercado externo	1.162.539	3.041.166						4.203.705
Custo produtos e serviços vendidos	(6.225.820)	(1.252.474)	(70.046)	(521.747)	(41.579)	(163.631)	392.571	(7.882.726)
Lucro Bruto	3.700.189	2.362.668	49.269	316.689	71.938	38.210	28.821	6.567.784
Despesas vendas e administrativas	(443.100)	(69.068)	(16.590)	(70.644)	(25.555)	(43.119)	(350.759)	(1.018.835)
Depreciação	519.411	145.817	5.577	102.629	22.501	13.648	(3.414)	806.169
EBITDA Ajustado	3.776.500	2.439.417	38.256	348.674	68.884	8.739	(325.352)	6.355.118

31/12/2010

	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.752	2.513.499						2.554.251
América do Norte	432.229							432.229
América Latina	193.692							193.692
Europa	454.997	527.667						982.664
Outras	40.869							40.869
Mercado externo	1.162.539	3.041.166						4.203.705
Mercado interno	8.763.470	573.976	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	10.246.805
TOTAL	9.926.009	3.615.142	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	14.450.510

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido acrescido de resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais, as quais são excluídas por se tratarem principalmente de itens não recorrentes da operação.

A diretoria da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como ferramenta para medir a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, além de permitir comparações com outras empresas

	31/12/2011	31/12/2010
EBITDA Ajustado	6.468.415	6.355.118
Depreciação	(929.368)	(806.169)
Outras operacionais (Nota 25)	217.875	(550.603)
Resultado financeiro (Nota 26)	(2.005.803)	(1.911.458)
Resultado antes dos impostos	3.751.119	3.086.888
IR e CSLL (Nota 9)	(83.885)	(570.697)
Resultado Líquido	3.667.234	2.516.191

• Informações trimestrais

Essas informações foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes, de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NBCTR 2410 do CPC e ISRE 2410 do IASB), não tendo sido objeto de exame de auditoria no contexto das Demonstrações Financeiras.

	Período de três meses findo em							
	31/12/2011							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	1.196.232	6.807.780				479.889		
Receitas								
Mercado interno	2.083.525	182.078	36.640	261.395	58.389	90.202	(259.069)	2.453.160
Mercado externo	277.202	1.445.512					(9.184)	1.713.530
Custo produtos e serviços vendidos	(1.845.802)	(677.470)	(23.915)	(178.775)	(38.640)	(79.056)	285.234	(2.558.424)
Lucro Bruto	514.925	950.120	12.725	82.620	19.749	11.146	16.981	1.608.266
Despesas vendas e administrativas	(125.222)	(97.970)	(5.622)	(27.502)	(6.599)	(18.613)	(115.299)	(396.827)
Depreciação	163.618	44.343	1.454	27.667	5.623	7.141	1.555	251.401
EBIT DA ajustado	553.321	896.493	8.557	82.785	18.773	(326)	(96.763)	1.462.840

								31/12/2011
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	15.622	1.112.514						1.128.136
América do Norte	129.350							129.350
América Latina	28.190							28.190
Europa	91.093	332.999						424.092
Outras	12.946						(9.184)	3.762
Mercado externo	277.201	1.445.513					(9.184)	1.713.530
Mercado interno	2.083.525	182.078	36.640	261.395	58.389	90.202	(259.069)	2.453.160
TOTAL	2.360.726	1.627.591	36.640	261.395	58.389	90.202	(268.253)	4.166.690

	Período de três meses findo em							
	31/12/2010							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	1.044.066	4.474.153				310.397		
Receitas								
Mercado interno	1.796.947	211.931	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)	2.221.435
Mercado externo	323.756	899.303						1.223.059
Custo produtos e serviços vendidos	(1.507.340)	(342.088)	(14.156)	(155.423)	(10.526)	(50.381)	112.498	(1.967.416)
Lucro Bruto	613.363	769.146	18.874	29.387	17.767	11.067	17.474	1.477.078
Despesas vendas e administrativas	(111.851)	(15.887)	(4.775)	16.092	(6.213)	(17.051)	(103.286)	(242.971)
Depreciação	130.819	37.385	(3.593)	30.687	5.622	4.297	2.985	208.202
EBITDA Ajustado	632.331	790.644	10.506	76.166	17.176	(1.687)	(82.827)	1.442.309

	31/12/2010							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	21.741	732.816						754.557
América do Norte	97.461							97.461
América Latina	51.972							51.972
Europa	138.104	166.487						304.591
Outras	14.478							14.478
Mercado externo	323.756	899.303						1.223.059
Mercado interno	1.796.947	211.931	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)	2.221.435
TOTAL	2.120.703	1.111.234	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)	3.444.494

28. LUCRO POR AÇÃO (LPA)

Lucro por ação básico:

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (após desdobramento de ações), excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
Lucro Líquido período				
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.706.033	2.516.376	3.706.033	2.516.376
Atribuído a Sócios Não Controladores	(38.799)	(185)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970	1.457.970	1.457.970	1.457.970
LPA Básico e Diluído	2,54191	1,72594	2,54191	1,72594

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2011 a CBS tinha 31.482 participantes (30.540 em 31 de dezembro de 2010), dos quais 16.603 eram contribuintes ativos (15.433 em 31 de dezembro de 2010), 9.705 eram funcionários aposentados (9.888 em 31 de dezembro de 2010) e 5.174 eram beneficiários vinculados (5.219 em 31 de dezembro de 2010). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2011, 13.726 pertencem ao plano de benefício definido e 17.756 ao plano misto.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2011 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$3,8 bilhões e R\$3,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

a. Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

b. Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

c. Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações registradas no Balanço Patrimonial		
Benefícios de planos de pensão	11.673	
Benefícios de saúde pós-emprego	457.377	367.839
	469.050	367.839

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.153.649)	(1.982.556)
Valor justo dos ativos do plano	2.384.450	2.316.018
(Déficit)/Superávit	230.801	333.462
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	(174.926)	(280.582)
(Passivo) / Ativo líquido	55.875	52.880
Passivos	(11.673)	
Ativos (*)	67.548	52.880
(Passivo)/ Ativo Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial	(11.673)	

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações no início do exercício	1.982.556	1.731.767
Custo do serviço	5.579	1.313
Custo de juros	202.242	185.285
Benefícios pagos	(178.403)	(166.147)
Perda/(ganho) atuarial	141.675	225.341
Outros		4.997
Valor presente das obrigações no final do exercício	2.153.649	1.982.556

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do exercício	2.316.018	2.160.158
Retorno esperado dos ativos do plano	260.163	218.229
Contribuições dos patrocinadores	67.709	63.109
Contribuições dos participantes		
Benefícios pagos	(178.402)	(166.147)
(Ganhos)/perdas atuariais	(81.038)	40.669
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.384.450	2.316.018

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Custos de serviços correntes	(5.579)	(1.313)
Custo de juros	(202.242)	(185.285)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	260.163	218.229
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	67.710	63.109
	120.052	94.740
Total da receita não reconhecida (*)	103.678	94.740
Total dos (custos) /receita reconhecido na demonstração do resultado	16.374	
Total dos custos (receitas), líquidos	120.052	94.740

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial dos planos superavitários, por não apresentar claramente evidência de sua realização, de acordo com o item 59 (c) do CPC 33 – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos e (perdas) atuariais	(222.712)	(184.671)
Restrição devido a limitação de recuperação	105.655	99.509
	(117.057)	(85.162)
Ganhos e (perdas) atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(28.048)	
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos (*)	(89.009)	(85.162)
Custo total de ganhos e (perdas) atuariais	(117.057)	(85.162)

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (**)
Valor presente das obrigações do benefício definido	(2.153.649)	(1.982.556)	(1.731.767)	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	2.384.450	2.316.018	2.160.158	1.396.350
Superávit	230.801	333.462	428.391	(18.679)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	141.675	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	(81.038)	40.669	664.341	

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Método atuarial de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício		
Taxa de desconto	10,46%	10,66%
Taxa de inflação	4,60%	4,40%
Taxa de aumento nominal do salário	5,65%	5,44%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,60%	4,40%
Taxa de retorno dos investimentos	11,52% - 12,24%	11,31% - 12,21%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD
	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Idade de aposentadoria		
	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido
Composição familiar dos participantes em atividade		

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2011	31/12/2010
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2011		31/12/2010	
Renda Variável	360.958	15,14%	234.303	10,12%
Renda Fixa	1.756.831	73,68%	1.961.306	84,68%
Imóveis	190.756	8,00%	52.352	2,26%
Outros	75.905	3,18%	68.057	2,94%
Total	2.384.450	100,00%	2.316.018	100,00%

Retorno esperado de longo prazo dos ativos do plano:

	31/12/2011	31/12/2010
Renda Variável	18,05%	15,58%
Renda Fixa	10,53%	10,44%
Imóveis	10,34%	9,62%
Outros	10,34%	9,62%
Total	11,78%	11,62%

O retorno real dos ativos do plano foi de R\$179.126 (R\$258.898 em 31 de dezembro de 2010).

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$67.276 (R\$63.110 em 31 de dezembro de 2010).

Para o plano misto, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 2011 foi de R\$29.487 (R\$22.514 em 31 de dezembro de 2010).

d. Contribuições esperadas

As contribuições esperadas de R\$69.244 serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2012.

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$27.500 serão pagas em 2012.

PLANO DE BENEFÍCIO DE SAÚDE – PÓS-EMPREGO

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações	457.377	367.839
Passivo	457.377	367.839

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo atuarial no início do exercício	367.839	317.145
Juros sobre a obrigação atuarial	39.616	35.457
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(34.653)	(33.064)
Reconhecimento do (Ganho)/Perda do ano	84.575	48.301
Passivo atuarial no final do exercício	457.377	367.839

Para o plano de benefício de saúde – pós-emprego, a despesa em 2011 foi de R\$37.343 (R\$33.817 em 31 de dezembro de 2010).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Perda atuarial na obrigação	84.575	48.301
Perda reconhecido no patrimônio líquido	84.575	48.301

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009 (**)
Valor presente da obrigação de benefício definido	(457.377)	(367.839)	(317.145)	(296.608)
(Déficit)/Superávit	(457.377)	(367.839)	(317.145)	(296.608)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	84.575	48.301	17.232	9.023

(**) O IAS 19/CPC33 requer divulgação de histórico de cinco anos, entretanto, não tem que ser aplicado retroativamente para uma entidade que aplica o IFRS/CPC pela primeira vez.

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Efeito no total do custo do serviço corrente e do custo financeiro			3.603	(3.128)
Efeito na obrigação do benefício definido	42.032	(35.916)	34.122	(29.617)

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2011	31/12/2010
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Composição familiar	Composição Real	Composição Real
Financeiras		
	31/12/2011	31/12/2010
Taxa nominal de desconto atuarial	10,46%	10,77%
Inflação	4,60%	4,40%
Aumento do Custo Médico em função da idade	4,60%	1,50%
Taxa de crescimento nominal dos Custos dos Serviços Médicos	2,31%	2,31%
Custo Médico médio	299,69	316,22

30. COMPROMISSOS

a. Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresa Contratada	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos							Total
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Clausula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	92.504	153.870	176.058	176.058	176.058	176.058	88.029	792.261
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.		17.606	58.762	58.762	58.762	58.762	24.484	259.532
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros reductores.	7.151	41.463	100.060					100.060
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	419	1.324	63.085	63.085				126.170
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de cliquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.		1.648	26.937	26.937	26.937	26.937	116.727	224.475
ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	10.214	14.774	3.540					3.540
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	103.098	102.274	93.606	93.606	93.606	93.606	93.606	468.030
CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural	431.093	432.449	280.322					280.322
Vale S.A	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	195.221	349.797	176.305	176.305	117.537			470.147
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	15.318	16.884	13.281	13.281	13.281	13.281	119.531	172.655
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13.178	13.378	7.487	7.487	7.487	7.487	39.934	69.882
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	1.082	6.186	7.074	7.074	7.074	7.074	51.283	79.579
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metalicos e Britagem de Escoria resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	37.279	39.739	30.000	30.000	15.000			75.000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Continuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ ton de placa de aço produzida.	38.569	38.817	32.324	18.856				51.180
			945.126	1.230.209	1.068.841	671.451	515.742	383.205	533.594	3.172.833

b. Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2011, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa Concessão	Natureza do serviço	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	80.315	80.315	80.315	80.315	823.230	1.144.490
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	6.494	6.494	6.494	6.494	74.135	100.111
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	111.225	117.913	125.922	125.922	881.455	1.362.437
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	22.129	22.129	22.129	22.129	221.293	309.809
		220.163	226.851	234.860	234.860	2.000.113	2.916.847

c. Projetos e outros compromissos

• Siderurgia – Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aço longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

• Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa. A atual capacidade de exportação anual equivale a 30 milhões de toneladas.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto de cimento

A Companhia investiu até dezembro de 2011 R\$770 milhões na construção de uma unidade de moagem inteiramente nova em Volta Redonda e um forno de clínquer em Arcos/MG, com capacidade de 2,4 Mtpa e 830.000 ton/ano, respectivamente, ambos em operação. Esse projeto representa a entrada da CSN no mercado de cimento, tirando vantagem da escória gerada por seus altos fornos e de suas reservas de calcário em Arcos.

No 4º trimestre de 2011 suas vendas de cimento alcançaram 484.346 toneladas (342.799 em 31 de dezembro de 2010), e espera-se atingir capacidade total de produção até 2012. Esses investimentos são parcialmente financiados pelo BNDES.

- **Projeto Nova Transnordestina**

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S. A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos serão financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Empresa obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A Companhia garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$392.874 em 31 de dezembro de 2011 (R\$373.484 em 31 de dezembro de 2010). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$392.874.

- **Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí**

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

- **Contratos de longo prazo com Namisa**

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos

sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2011, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitido Certificado de Emissão de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 23 de Março de 2011 a 22 de Março de 2012, a qual teve sua vigência prorrogada pelo período de 23 de Março de 2012 a 30 de Junho de 2012. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de R\$850.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de Cargas TECAR, Terminal TECON, NAMISA e CSN Cimentos. A CSN se responsabiliza por uma faixa de retenção de R\$170.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes e co-participará com 53,55% dos riscos que excederem esse valor. A Companhia continua trabalhando para reduzir a sua co-participação.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

- **Emissão de Bonds**

Em 30 de janeiro de 2012, a Companhia precificou, através de sua controlada CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus no valor de US\$ 200 milhões, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1 bilhão, taxa de juros de 6,5% ao ano e vencimento em julho de 2020.

- **Incorporação planta de clínquer**

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia e sua controlada CSN Cimentos celebraram contrato de compra e venda de estabelecimento comercial da unidade da CSN Cimentos em Arcos (MG). Dessa forma, a planta de clínquer passou a ser uma filial da CSN.

- **Compra ativos grupo Alfonso Gallardo**

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia Siderúrgica Nacional, por meio da sua subsidiária integral CSN Steel, concluiu a aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo nas empresas Stahlwerk Thüringen (SWT) e Gallardo Sections. O valor da operação foi de 482,5 milhões de euros.

A Companhia procederá as alocações do preço de compra aos ativos adquiridos e passivos assumidos e determinação de eventual ágio resultante dessa transação. Até a presente data, a Companhia não possui informações suficientes para atender as divulgações relacionadas à aquisição, exigidas pelos pronunciamentos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios e IFRS 3 – Business Combination.

- **Liquidação de debêntures**

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia liquidou as debêntures da quarta emissão no montante de R\$635.285 (R\$600.000 de principal e R\$35.285 juros), as mesmas foram emitidas em 01 de fevereiro de 2006 e incidiam juros remuneratórios de 103,6% do CDI Cetip.